

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL N° 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

FHAËSA NÍELSEN DE BESSA OLIVEIRA

**EXPERIÊNCIA, SEXO E SUBJETIVIDADES: UMA REFLEXÃO SOBRE A
TEORIA *QUEER* E AS “SEXUALIDADES DISPARATADAS” NA REVISTA
CADERNOS PAGU.**

**UBERLÂNDIA
2014**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

FHAËSA NÍELSEN DE BESSA OLIVEIRA

**EXPERIÊNCIA, SEXO E SUBJETIVIDADES: UMA REFLEXÃO SOBRE A
TEORIA *QUEER* E AS “SEXUALIDADES DISPARATADAS” NA REVISTA
CADERNOS PAGU.**

Monografia apresentada ao Instituto de História como
requisito à obtenção do título de bacharel/licenciada no
Curso de Graduação em História.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Elizabeth Ribeiro
Carneiro

**UBERLÂNDIA
2014**

FHAËSA NÍELSEN DE BESSA OLIVEIRA

**EXPERIÊNCIA, SEXO E SUBJETIVIDADES: UMA REFLEXÃO SOBRE A
TEORIA *QUEER* E AS “SEXUALIDADES DISPARATADAS” NA REVISTA
CADERNOS PAGU.**

Monografia apresentada ao Instituto de História como
requisito à obtenção do título de bacharel/licenciada no
Curso de Graduação em História.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Elizabeth Ribeiro
Carneiro

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro – Orientadora – INHIS – UFU

Profa. Dra. Maria Lúcia Vannuchi – INCIS – UFU

Profa. Dra. Vera Lúcia Puga – INHIS – UFU

Defesa realizada em 29 de agosto de 2014

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à poesia por me manter respirando e às bandas de hardcore que me apresentaram todas as ferramentas iniciais para entalhar idéias nesses muros históricos. Agradeço e dedico este trabalho e todos os meus dias a minha família: Minha mãe Eni, por me permitir sonhar; George, meu irmão de sangue e de consideração, por apoiar os meus passos mesmo a quilômetros, por seguir o caminho do bem e ter esse coração gigantesco que explode no peito; Beatriz, por ser forte – independente de qualquer outra coisa – e transformar a arte em amor feito com as mãos. Elaine, minha tia, por toda a preocupação e ajudas constantes.

Gabriela Paes, pela cumplicidade, por caminhar comigo, pelas correções, pelo apoio incondicional, pela paciência, por acreditar nas minhas palavras e no que eu sou. Obrigada por me devolver a esperança. Agradeço aos amigos com os quais divido e dividirei boa parte dos meus dias: Marcus, Maycon, Natália, Ester, Florence, Raoni, Eduardo, Mariana, Mayhumi, Hildemberg, Guilherme e Rebeca. Agradeço às professoras Dra. Vera Lúcia Puga e Dra. Maria Lúcia Vannuchi por aceitarem o convite de integrarem a banca e engrossarem a militância dentro e fora da Universidade. E, principalmente, à professora Maria Elizabeth, pela orientação, pelos puxões de orelha singelos, por ser humana, por dar o gás necessário ao grupo de pesquisas sobre gênero, pelas indicações de leitura e, claro, pela possibilidade de iniciar minha pesquisa acadêmica sobre o tema.

Nossos corpos
Reais,
Preenchidos por histórias
Demais.

É o excesso que nos derrama
Pelos poros,
São as diferenças que nos unem.

O grito, por anos, preso na garganta
Hoje ecoa
Por entre punhos cerrados:

Em frente!
(enfrente!)

Fhaêsa Níelsen

RESUMO

Neste exercício monográfico, busco analisar três artigos do dossiê “Sexualidades Disparatadas” publicado na Revista Cadernos Pagu, número 28, de jan./jun. de 2007. Os referidos artigos servem como alvo e trampolim para reflexões teóricas e conceituais sobre os estudos de gênero, feministas e *queer*. Na reflexão desenvolvida, procurei articular alguns conceitos centrais – entre eles sexo, gênero, sexualidade, experiência e subjetividade – com base em estudos de Michel Foucault e Judith Butler, entre outros, para pensar as subjetividades em suas condições históricas de possibilidades.

Palavras-chave: Teoria *Queer*. Sexualidades Disparatadas. Revista Cadernos Pagu.

ABSTRACT

In this monographic exercise I approach three articles published in Dossier “Sexualidades Disparatadas” by Revista Cadernos Pagu, n. 28, jan./jun. 2007. The articles served as an aim and a tool to develop theoretical and conceptual reflection about gender studies, particularly in the field of feminist and queer theories. The analysis realized was an effort to discuss central conceptions – sex, gender, sexuality, experience and subjectivity – among Michel Foucault e Judith Butler thoughts, also to approach subjectivities in their historical condition of possibilities.

Palavras-chave: Queer Theory. Sexuality. Revista Cadernos Pagu

SUMÁRIO

Resumo.....	05
Introdução.....	07
Capítulo I: Modos de objetivação, modos de subjetivação: uma perspectiva histórica.....	20
Capítulo II: O conceito de "experiência" e os sujeitos (im)possíveis na história.....	28
Capítulo III: Casamento, família, sexualidade e normatividade.....	38
Considerações finais.....	49
Fontes.....	51
Referências bibliográficas.....	52

INTRODUÇÃO

Indubitavelmente, ser mulher – em qualquer lugar – não é muito seguro. Por isso o enfrentamento. Por isso as ramificações. Por isso a pluralidade. Seria possível pensar que tantas experiências fossem reconhecidas no interior de um único enunciado? Seria possível confinar para sempre subjetividades no interior daquele território inseguro e abjeto?

Ser mulher, ter 16 anos e encontrar o feminismo é libertador. Assim se deu o meu primeiro contato com a palavra “feminismo”, através das bandas de *hardcore* feministas como *Dominatrix*, *Bulimia*, *Bikini Kill*, *Bratmobile* dentre outras. Bandas feministas. Bandas de mulheres.

As letras tinham como temática central o abuso doméstico e sexual, o patriarcado, machismo, a submissão da mulher, o empoderamento feminino e o enfrentamento dos papéis de gênero. Lembro-me da primeira estrofe que ecoou na minha cabeça por meses seguidos, enquanto eu procurava mais e mais grupos, entrevistas, livros, coletivos culturais que abordassem o tema, da banda *Dominatrix*,¹ na qual a vocalista Elisa Gargiulo, em um vídeo gravado de forma amadora, registrado em um show, sem data, grita, a plenos pulmões, junto com toda uma plateia feminista:

Seu burro! Seu idiota! Que antissocial o quê! Antissocial é uma mulher tentando andar numa rua escura à noite. Que tipo de vida é essa que eu tenho que ficar 24 horas por dia alerta igual um cão de guarda?! De quem são os olhos que te vigiam? De quem é a mão que te ataca?²

Em uma só estrofe, muita coisa era dita. Pelo menos para mim.

Ao mesmo tempo em que eu conhecia uma expressão do movimento feminista, a partir do *hardcore*, encontrei uma vertente musical nomeada como “*queercore*”, (ou “*homocore*”), na qual, através das letras, eram abordados temas como identidade sexual, identidade de gênero e preconceitos. Representadas por bandas como *Teu Pai Já Sabe*, *Textículos de Mary* e *Nerds Attack!*, o *queercore* era a quebra dos padrões sexuais e do estilo de vida normativo, aquele ditado pela sociedade como normal, o estilo de vida

¹ Banda de *hardcore* feminista, formada no ano de 1995, e considerada como uma das pioneiras do movimento Riot Grrrl no Brasil.

² GARGIULO, Elisa. Die Die. In: **Beauville**. São Paulo: Clorine Records, 2003. CD. Faixa 08.

que tem como referente o sujeito branco, heterossexual e, claro, macho, como pode ser observada na letra “Teu Pai Já Sabe?”, da banda de mesmo nome:

Isso aqui é sim mais uma banda de maricas
Mais um soco na cara da hipocrisia
Mais um buá que laça teu pescoço, mais uma
purpurina que cai sobre você
Todas estão convidadas, bears, trans, e tomboys
Tragam sua bandana rosa, e arrasem num mosh
frenético
Teu pai já sabe? É melhor nem saber.
Teu pai já sabe? Ele vai se ofender
Sinta-se à vontade ou não, fazemos parte dessa
cena
Sinta se ofendido ou não, você vai ter que nos
engolir
Sinta-se à vontade ou não, fazemos parte dessa
cena
Teu pai já sabe? É melhor nem saber
Teu pai já sabe? Ele vai se ofender.³

A música enfrentava e despertava uma outra visão sobre as situações cotidianas escondidas por detrás de máscaras, disfarçadas, protegidas por dogmas. À medida que eu conhecia mais bandas, coletivos e sujeitos envolvidos na cena *hardcore*, eu me empoderava pelas histórias contadas e vividas por eles – com os quais eu me identificava - e começava a tomar a frente das minhas escolhas.

Além disso, editei, por um ano, o zine⁴ “Interferência [in] tensa” que abordava dois temas: feminismo e veganismo. A revista era de pequena circulação, feita artesanalmente, xerocada e enviada mensalmente para outros amigos, em diferentes cidades e, em contrapartida, eu recebia o material produzido pelos mesmos, alimentando o lema *Do it yourself!*⁵

Também tive o prazer de entrevistar, na segunda ou terceira edição – não lembro bem -, a guitarrista da primeira formação da banda *Dominatrix*, Flávia “Biggs”. Lembro-me que em uma de suas respostas, ela, professora de Ciências Sociais, falou sobre a importância de se ensinar o feminismo para as garotas novas. Nessa entrevista, eu percebi a importância da problemática da identidade e da diferença no âmbito do ensino-aprendizagem como uma possibilidade de educação libertária, ou uma forma de

³ Disponível em: <teupaijasabe.bandcamp.com/>.

⁴ Abreviação de “fanzine”: Pequenas revistas independentes, geralmente xerocadas ou mimeografadas, com o objetivo de unir pessoas interessadas nos assuntos abordados.

⁵ Lema punk, na tradução literal “faça você mesmo”, criado nos anos 80 sugerindo empreendedorismo e contestação social.

receber e construir o conhecimento desejado e repassar às maiores interessadas. Decidi, então, que, se era para tomar o caminho acadêmico, deveria ser para ensinar, para transmitir o que estava sendo transmitido para mim: o empoderamento das mulheres.

Durante os meus primeiros anos de curso, eu, que já havia sido apresentada à Teoria *Queer*⁶ através do *queercore*, aprofundei aquela pesquisa e minhas práticas e decidi que aquela preocupação seria uma oportunidade de aproximação com a visão acadêmica sobre o tema. Sendo assim, escolhi, de forma mais abrangente, como assunto em meu projeto de Métodos e Técnicas de Pesquisa em História. O primeiro pensamento era pesquisar sobre a recepção da Teoria *Queer* no contexto acadêmico, mas, em seguida, a ideia foi se moldando até chegar ao recorte mais específico: pensar algumas questões que fundamentam as teorias feministas e *queer* a partir do dossiê “sexualidades disparatadas”, presente na revista *Cadernos Pagu*, número 28, o qual apresentarei posteriormente.

Não pretendo aqui, de forma alguma, traçar uma linha e/ou uma sequência de fatos que direcionam o feminismo para o *queer*. Os dois movimentos são contínuos, semelhantes em suas diferenças. Assim como a filósofa pós-estruturalista Judith Butler aponta em *Undoing Gender*:

Creio, entretanto, que seria um erro sucumbir a uma noção progressiva da história pela qual se entende que diferentes marcos vão se sucedendo e suplantando-se uns aos outros. Não se pode narrar uma história sobre como alguém se desloca do feminismo ao *queer* e ao trans. E não se pode narrar esta história, simplesmente porque nenhuma dessas histórias pertence ao passado: essas histórias continuam ocorrendo de formas simultâneas e solapadas no instante mesmo em que as contamos. Em parte se dão mediante as formas complexas em que são assumidas por cada um desses movimentos e práticas teóricas.⁷

No percurso de minhas investigações, noto que a expansão dos estudos de gênero não apenas na História, ao longo dos anos, tem contribuído de modo significativo, tanto em termos políticos quanto teóricos na construção de conhecimento na academia, para a ampliação das áreas de investigação, renovação de marcos conceituais tradicionais e para a diversificação de temas e metodologias de estudo e ensino. A partir dessa ideia, essa pesquisa tem por objetivo pensar como se deu e como

⁶ Vertente teórica “batizada” por Tereza de Lauretis como Teoria *Queer*, em 1991, durante um evento na Universidade da Califórnia em Santa Cruz.

⁷ BUTLER, Judith. *Undoing Gender*. Routledge, 2006, p.17

se dá a recepção da Teoria *Queer*, através da análise dos artigos selecionados dentro do dossiê “Sexualidades Disparatadas”, da Revista *Cadernos Pagu*.

Para minha análise, tomarei como fundamentação teórica básica, algumas noções do filósofo francês Michel Foucault, em *História da Sexualidade I* (1984) e da filósofa feminista estadunidense Judith Butler, com a obra *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade* (2003). Tomando as palavras de Butler acima, a teoria *queer* tem suas raízes na história, na teoria feminista e na filosofia pós-estruturalista e não seria o que é sem os estudos de gênero e a sociologia do desvio⁸.

A teoria *queer* é considerada por muitos teóricos como “pós-feminismo”⁹. Ela aponta para uma nova forma de crítica política, a crítica à heteronormatividade, ao binarismo hetero-homo, saindo da dimensão do sistema normativo e rompendo com o dispositivo do poder naturalizado, criando novos territórios existenciais e ampliando os campos culturais e do pensamento.

O termo inglês “*queer*” designa a ideia de “estranhamento” e coloquialmente costumou ser utilizado como um insulto sexual dirigido a homens e mulheres considerados, geralmente, homossexuais. Como explica Guacira Lopes Louro, doutora em Educação e Professora Titular aposentada da Pós-Graduação em Educação da UFRGS, ao citar Judith Butler:

Um insulto que tem, para usar o argumento de Judith Butler, a força de uma invocação sempre repetida, um insulto que ecoa e reitera os gritos de muitos grupos homofóbicos, ao longo do tempo, e que por isso, adquire força, conferindo um lugar discriminado e abjeto àqueles a quem é dirigido. Este termo, com toda sua carga de estranheza e de deboche, é assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais precisamente para caracterizar sua perspectiva de oposição e de contestação.¹⁰

Dessa forma, o termo passa a ter como significado um enfrentamento, uma contestação à normalização, à heterossexualidade compulsória.

Os estudos *queer* sugerem uma análise profunda das práticas associadas aos conceitos sociais de normalidade e perversão, sexualidade e erotismo, ativismo político e intelectual, identidades culturais e sociais, além dos debates evitados que dizem

⁸ Estudo sobre as definições das normas de vida em sociedade.

⁹ Cf. a obra “Problemas de gênero”, de Judith Butler; “Manifesto para ciborgues: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX”, de Donna Haraway e Manifesto contra-sexual, de Beatriz Preciado.

¹⁰ LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer – Uma política pós-identitária para a educação. Estudos Feministas. Florianópolis, v.9, n.2, pp. 541-553, 2001.

respeito a tudo o que foge dos padrões, que estranha e os é estranho, no mundo social em geral, e também pela Academia e pelo feminismo tradicional, ampliando a noção da utilização do corpo como potência política.

O movimento de perceber o corpo em mutação, sustentando uma hipersexualização e um hiperconstrutivismo do corpo e de seus órgãos sexuais, parece assinalar com cores fortes a dimensão de paródia das performances de gênero. Paródia que, como a própria sinonímia indica, não se pode separar do riso.¹¹

Esse riso, citado por Pedro Paulo Gomez Pereira, se refere à natureza humorada da teoria *queer* no que concerne ao questionamento da seriedade e da normalidade da vida, transformando até mesmo o próprio insulto “*queer*” em elogio, problematizando, reinventando e percebendo essas reinvenções. De acordo com Miskolci, é possível fazer uma diferenciação entre os estudos de gênero e os estudos *queer*, diferença que deve ser reconhecida e sublinhada, já que os últimos evidenciam a possibilidade de se superar algumas limitações experimentadas na trajetória dos primeiros. Para ele,

Dessa forma, os estudos *queer* se diferenciariam dos estudos de gênero, vistos como indelevelmente marcados pelo pressuposto heterossexista da continuidade entre sexo, gênero, desejo e práticas, tanto quanto dos estudos gays e lésbicos, comprometidos com o foco nas minorias sexuais e os interesses a eles associados. Cada uma dessas linhas de estudo tomaria, como ponto de partida, binarismos (masculino/feminino, heterossexual/homossexual) que, na perspectiva *queer*, deveriam ser submetidos a uma desconstrução crítica. *Queer* desafiaria, assim, o próprio regime da sexualidade, ou seja, os conhecimentos que constroem os sujeitos como sexuados e marcados pelo gênero, e que assumem a heterossexualidade ou a homossexualidade como categorias que definiriam a verdade sobre eles.¹²

Se pensarmos como esse autor, quando delimita tal diferença, a perspectiva *queer* radicaliza as vertentes conservadoras dos estudos de gênero, gays e lésbicos, ao fazer uma crítica à sociedade heteronormativa, questionando as identidades aparentemente estáveis, analisando a forma com que as bases da nossa sociedade contemporânea são apoiadas e sustentadas por uma estrutura heterossexual hegemônica. Essa estrutura transforma as demais sexualidades em subalternas, refletindo sobre as diferentes formas de se compreender a relação entre sujeitos, seus corpos e seus

¹¹ PEREIRA, P.P.G. Corpo, sexo e subversão: reflexões sobre duas teóricas queer. **Interface – Comunic., Saúde, Educ.**, V.12, n.26, p.499-512, jul./set. 2008.

¹² MISKOLCI; SIMÕES. Apresentação. *Cad. Pagu*, Campinas, n.28, jan/jun. 2007. <<http://www.pagu.unicamp.br/>>. Acesso em: 19 jun. 2014

prazeres, de maneira a criar uma reformulação dos processos de formação e de diferenciação em torno da sexualidade.

Assim, os sujeitos *queer* desestabilizam, transgridem e subvertem, através de seus atos, de seus corpos e suas vontades, os cânones que são considerados universais da cultura, seus limites e seus códigos moralistas que definem os comportamentos heteronormativos. Esses comportamentos heteronormativos existiriam por si só e, segundo Halperin, em contrapartida se constituem

[...] como a negação da homossexualidade. A heterossexualidade se define a si mesma sem problematizar-se, se eleva como um termo não marcado e privilegiado, denegrindo e problematizando a homossexualidade.¹³

A perspectiva acadêmica, ou do pensamento, contemporânea e declaradamente *queer*, embora um tanto combatida, criticada e inviabilizada, surge provavelmente no final da década de 1990, dentro das disciplinas das ciências sociais e humanas, nas áreas voltadas para os estudos de gênero e sexualidade. Esse pensamento origina-se como uma forma de mudar a figura do homossexual - visto como um simples objeto de investigação - para uma figura oposicional de conhecimento ao heterossexual e, enfim, romper com os dualismos, desestabilizando toda uma estrutura social heterocentrada. Nas palavras de Halperin, seria importante assumir a identidade *queer*, ou:

reverter a lógica da complementaridade e fazer uso do vazio deixado pela evacuação do conteúdo definicional contraditório e incoerente de “homossexual” de maneira a alcançar uma posição que é (e sempre tem sido) definida de forma relacionalmente, mas pela distância e diferença em relação ao normativo. A identidade (homos)sexual agora pode ser constituída não mais de forma substantiva, mas oposicionalmente, não pelo que ela é, antes por onde e como ela opera. Aqueles/as que conscientemente ocupam tal localização marginal, assumem uma identidade desessencializada que é puramente posicional em caráter, estão propriamente falando não como gays mas como *queers*.¹⁴

Gênero, um “problema”: os conceitos de gênero em Rubin, Scott e Butler

A Teoria *Queer* é contemporânea e política, não há o que contestar. Eu, como curiosa que sou, no decorrer desse trabalho e dos dias vividos, procurei diversas

¹³ HALPERIN, David. San Foucault: para una hagiografía gay. Córdoba: Ediciones Literales, 2004, p.37

¹⁴ *Ibidem*, p.55

opiniões sobre o movimento, contrárias ou não. Dentro dos feminismos que são plurais, por exemplo, existem as chamadas TERFS (*Trans Exclusionary Radical Feminist*), que consistem em mulheres que, a partir do feminismo radical, excluem os sujeitos transexuais. Mas por quais motivos? Butler, logo no prefácio de *Problemas de Gênero*, aponta exatamente essa sensação de “problema”, pelo qual a indeterminação do conceito de gênero leva ao medo de que a mesma acabe culminando no fracasso do feminismo. Afinal, qual o significado do conceito de gênero? Qual o conceito de gênero?

A partir da máxima de Beauvoir de que “não se nasce mulher, torna-se mulher”, é possível notar então que o gênero é uma construção, sendo assim independente do sexo biológico. Ou seja, são categorias distintas e dicotômicas, podendo ser várias de uma só vez, uma a cada instante, o que quiser o tempo todo. Para Butler “essa formulação radical da distinção sexo/gênero sugere que os corpos sexuais podem dar ensejo a uma variedade de gêneros diferentes, e que, além disso, o gênero em si não está necessariamente restrito aos dois usuais.”¹⁵

São várias as definições do conceito de gênero, e não apenas aquela que parte ou se orienta em direção ao binarismo, como, por exemplo, observa-se a partir das autoras pioneiras e referenciais como Gayle Rubin, Joan Scott e Judith Butler. Ainda que brevemente, com vistas ao desenvolvimento de reflexões que fundamentam essa reflexão monográfica, procurarei percorrer alguns desses territórios de sentidos que parecem oferecer uma base elementar para a problematização e historicização da categoria.

O sistema sexo/gênero e o pioneirismo de Gayle Rubin

Gayle Rubin, ativista e teórica das políticas de gênero e sexo, nascida em 1949, é, atualmente, professora associada de Antropologia e Estudos Femininos na Universidade de Michigan. Para a antropóloga norte-americana, em seu ensaio *O Tráfico de Mulheres: Notas sobre a 'Economia Política do Sexo'*, publicado em 1975 e considerado a publicação pioneira da utilização do conceito de gênero através do feminismo, há um sistema sexo/gênero, ou seja, um sistema que molda o sujeito (no

¹⁵ BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 163.

caso, o sexo - fêmea) em um produto final (o gênero: mulher domesticada). Nas palavras de Rubin:

Um 'sistema de sexo/gênero', numa definição preliminar, é uma série de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas.¹⁶

Assim, a partir de Rubin, identificamos como esse sistema determinista nos “encaixa” em sessões pré-destinadas, como produtos à venda em um grande mercado, prontos para serem escolhidos e exercerem suas respectivas funções sociais de sujeitos passivos e passíveis. Na análise proposta, buscarei aprofundar o binarismo, nesse sistema e, para isso, utilizarei a obra “Tecnologia do gênero”, lançada em 1987, da autora Teresa de Lauretis, na qual é abordada e aprofundada a idéia desse sistema de sexo-gênero ao qual a autora define como sendo

(...) tanto uma construção sociocultural quanto um aparato semiótico, um sistema de representação que atribui significado (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, *status* dentro da hierarquia social, etc.) a indivíduos dentro da sociedade.¹⁷

Joan Scott e a utilidade analítica para o conceito de gênero

Até a década de 80, o pensamento de Rubin de que o sexo estava para a natureza assim como o gênero para a cultura, permanecia. Foi Joan Scott, historiadora estadunidense pós-estruturalista, com seu artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, quem trouxe novas perspectivas para os estudos, tendo sido uma influência indiscutível.

Baseando-se no método de desconstrução de Jacques Derrida e nas teorias de poder de Michel Foucault, Scott conclui, basicamente, que o gênero é um saber sobre as diferenças sexuais e há uma hierarquização dessas diferenças dentro do modo de pensar social heterocentrado. É a partir do pensamento de Scott que se abre a possibilidade de se debruçar sobre os significados construídos sobre o masculino e o feminino, levantando perguntas e questionando seus contextos sociais.

¹⁶ RUBIN, Gayle: “The traffic in Women: Notes on the “Political Economy of sex” IN: REITER, Rayna: Toward an Anthropology of Women. Monthly Review Press, New York, 1975, p. 159

¹⁷ LAURETIS, Teresa. A Tecnologia de Gênero. In: HOLLANDA, Heloisa (org.). Tendências e Impasses – O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 212

Dessa forma, Scott levanta os olhos para a necessidade de sair do binarismo homem/mulher, masculino/feminino, chamando atenção para a linguagem, os símbolos e as instituições que os mantêm, sendo elas militares, religiosas e familiares, como abordado no capítulo III: “Casamento, família, sexualidade e normatividade”.

Judith Butler e a teoria *queer*

Judith Butler, filósofa norte-americana, publicou em 1990 a obra *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Em sua obra, Butler levanta questionamentos sobre o “sexo” que, antes, parecia consensualmente pertencer apenas ao corpo e à natureza. Ao problematizar o sexo para além da materialidade fisiológica e percebê-lo como norma, ou uma materialidade na cultura, Butler rompe com a dicotomia sexo x gênero, ampliando o leque de possibilidades de pensamentos que vão além da natureza biológica, rompendo com a chamada “ordem compulsória” que exige a coerência entre um sexo, gênero e prática sexual (sendo essa, majoritariamente, heterossexual).

A filósofa Judith Butler, em *Problemas de gênero*, mostra como o conceito de sexo é regido por um processo de naturalização quando, na verdade, trata-se de um produto de relações de gênero que só pode ser compreendido a partir de um olhar cultural e de um discurso construído em operação.

(...) não há como recorrer a um corpo que já não tenha sido sempre interpretado por meio de significados culturais; conseqüentemente, o sexo não poderia qualificar-se como uma facticidade anatômica pré-discursiva. Sem dúvida, será sempre apresentado, por definição, como tendo sido gênero desde o começo.¹⁸

Portanto, o sexo, para Butler, assim como o gênero, é também discursivo e cultural.

Para Butler, o gênero aprisiona o sexo de forma que se torna inviável sua desconstrução – e é exatamente isso que a filósofa critica.

O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica);

¹⁸ BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução: Renato Aguiar – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 27

tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos.¹⁹

Em um sistema que não oferece oportunidades iguais para corpos – fisicamente – diferentes, não há como se falar em igualdade através de aspectos biológicos. Nós, mulheres. Nós, *queers*. Somos diferenciados por nossos corpos, em excesso e/ou ausência. Enchemos-nos e transbordamos de palavras que nos são direcionadas e, quando essas não falarem mais, nos manteremos em silêncio e falaremos através desses mesmos corpos que tentam, diariamente, moldarem-se em formas enquadradas e estereotipadas.

Essas reflexões esboçam superficialmente pontos de inflexão de discussões que forjaram e ainda alimentam um debate que está em movimento. Longe de pretender dar conta da extensão desse debate, a intenção, nesse trabalho, é a de localizar alguns conceitos e sentidos, que representam algumas das questões chave para uma abordagem introdutória de um terreno novo e movediço: a reflexão *queer*. Trata-se de um exercício do pensamento, da crítica acadêmica e política, que se debruça sobre um objeto que, no Brasil, aparece em um dossiê de uma edição dos *Cadernos Pagu*, objeto que é reconhecido criticamente como “sexualidades disparatadas”.

Cadernos Pagu: reflexões *queer* no dossiê “Sexualidades disparatadas”.

Portanto, com minha lupa e atenção voltadas para a Revista Feminista *Cadernos Pagu*, produzida pelo Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, da Universidade de Campinas (UNICAMP), é que levantarei as questões e buscarei os fantasmas sociais que me assombram os dias para refletirem ou refletirmos juntos. A Revista surgiu em 1993 e é, atualmente, considerada um dos principais periódicos brasileiros que abordam a questão de gênero a partir da publicação de artigos, resenhas e documentos.²⁰

Seu primeiro volume publicado, com o tema “*De trajetórias e sentimentos*”, apresenta sete artigos que retratam, em sua maioria, a representação do feminino. Atualmente, a revista está na sua 41ª edição, datada de Jul/dez de 2013, a qual tem como tema “*Alteridade, Gênero, Sexualidade, Afeto*”. Dentro do periódico, de uma forma geral, encontram-se temas como teorias feministas e teorias de gênero, trabalho,

¹⁹ Idem, p. 25

²⁰ Existem, atualmente no Brasil, outras publicações que abordam e problematizam a questão de gênero. Durante minha pesquisa tive o contato, a partir das publicações online, com diversas revistas que abordam o tema e encontrei o objeto recortado para meu trabalho no dossiê da revista *Cadernos Pagu*.

educação, violência, sexualidade, raça, família, literatura, mídia, o que, indubitavelmente, contribui significativamente tanto para as discussões acadêmicas quanto para a formulação de pensamentos de uma forma geral.

Criados em um período em que as publicações feministas tomavam forma, os Cadernos Pagu vieram para consolidar o caminho que já estava sendo traçado por outras principais publicações e, ainda, para complementar as que viriam posteriormente. Citarei brevemente algumas:

- **Revista Estudos Feministas (UFSC):** Periódico interdisciplinar, quadrimestral, de circulação nacional e internacional, composto por artigos, resenhas e ensaios que abordam os estudos feministas e de gênero. O primeiro volume foi publicado em 1992 e é, hoje, uma das referências principais no campo dos estudos de gênero e no feminismo.²¹

- **Caderno Espaço Feminino (UFU):** Periódico semestral, criado em 1999, do Núcleo de Estudos de Gênero, tendo como objetivo incorporar trabalhos de pesquisadores, alunas/os e integrantes do NEGUEM sobre um largo espectro de temáticas baseadas nos estudos feministas e de gênero. Tem como editora a Prof. Dra. Vera Lúcia Puga.²²

- **Revista Gênero (UFF):** Periódico de circulação nacional, tendo seu primeiro volume publicado em 2000. Aborda, através de resenhas, entrevistas, pesquisas e ensaios, questões relacionadas às feminilidades, masculinidades e homossexualidades. Seu editor e editora são o professor João Bosco Hora Góis e a professora Hildete Pereira de Melo.²³

- **Labrys, études féministes/estudos feministas:** Revista multidisciplinar, internacional, gratuita e online desde 2002, vinculada ao GEFEM/UnB – Grupo de Estudos Feministas da Universidade de Brasília. Tem como objetivo divulgar produções

²¹ Publicação quadrimestral – Centro de Comunicação e Expressão (CCE) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) – Universidade de Santa Catarina. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br>>.

²² Publicação do Núcleo de Estudos de Gênero, do Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS), da Universidade Federal de Uberlândia, editora EDUFU. Disponível em: <www.neguem.ufu.br>.

²³ Publicação semestral, do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, da Universidade Federal Fluminense, editora EDUFF. Disponível em: <www.revistagenero.uff.br>.

femininas e ajudar a transformar a realidade através do feminismo. A revista é editada pela professora do Departamento de História da UnB, Tânia Navarro Swain.²⁴

Logo no primeiro contato com a revista *Pagu*, prontamente a escolhi como material de estudo e, após a leitura de algumas edições, optei por aprofundar a reflexão sobre certas questões que me instigaram, e acabei por recortar mais especificamente, o dossiê “**sexualidades disparatadas**”, presente na edição número 28, como objeto de estudo, por perceber nele condições de possibilidades para um diálogo promissor.

O dossiê, composto por nove artigos, aborda temáticas que vão desde a sexualidade, passando por reflexões sobre o casamento gay, rótulos e práticas homoeróticas. A apresentação do dossiê, feita por Richard Miskolci e Júlio Assis Simões, traz uma discussão sobre a pluralidade do termo *queer*, para posteriormente chegar ao termo francês “disparate” utilizado por Michel Foucault no original para designar um certo contra-senso, um dispositivo de sexualidade. E, também, apresenta a proposta do dossiê de não analisar as sexualidades “disparatadas” e sim refletir e compreender as mesmas, mostrando como os estudos que discutem a sexualidade no Brasil vêm se constituindo em uma área produtiva e crescente.

Durante o trabalho, optei por focar em três artigos do dossiê, que apresentarei em sequenciados capítulos, buscando aprofundar a reflexão teórica sobre aspectos centrais por eles abordados. O resultado exprime esse esforço de proceder a uma leitura descritiva e também analítica de cada artigo e, ao mesmo tempo, o desafio de estabelecer um diálogo livre entre aspectos e categorias tratados pelos/as autores/as em cada artigo elaborado e reflexões teóricas que foram suscitadas a partir deles/as.

No primeiro capítulo, portanto, procurei refletir sobre os **Modos de objetivação, modos de subjetivação: uma perspectiva histórica**, ao descrever e analisar o artigo “Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler”, de Márcia Arán e Carlos Augusto Peixoto Júnior. No artigo em questão, o autor e a autora analisam os conceitos de gênero e subjetivação mostrando como a repetição dessas subjetividades podem se tornar resistências, singularidades e produzir diferenças sexuais plurais.

No segundo capítulo, a autora Nádia Perez Pino, em seu artigo “A teoria *queer* e os *intersex*: experiências invisíveis de corpos des-feitos”, traz à tona uma reflexão recente, que tem se tornado, aos poucos, visível: a reflexão *queer* sobre os intersex. No

²⁴ Publicação internacional, vinculada ao Grupo de Estudos Feministas da Universidade de Brasília. Disponível em: <www.tanianavarrowswain.com.br/labrys>.

artigo, a autora explora as definições sobre quem são os sujeitos *intersex*, como são abordados através da teoria *queer* e como as experiências desses sujeitos são marcadas – através do corpo – e marcantes.

No terceiro capítulo, refletirei sobre as Instituições, sexualidades e normatividades, a partir do artigo “Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay” do autor Richard Miskolci. No artigo em questão, o autor faz um apanhado histórico sobre como os medos coletivos baseados na rejeição social a sujeitos considerados homossexuais se transformaram em maneiras de obter um controle social. É colocada como exemplo a própria parceria civil/casamento gay como uma forma de adentrar aos padrões normativos ditados socialmente.

CAPÍTULO I

Modos de objetivação, modos de subjetivação: uma perspectiva histórica.

O artigo “Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler”, presente na edição número 28 da revista *Cadernos Pagu* é fruto do trabalho dos pesquisadores Márcia Arán e Carlos Augusto Peixoto Júnior. Márcia Arán, formou-se em Psicologia pela Universidade de Caxias do Sul, tendo feito mestrado em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, doutorado em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e, também, doutorado sanduíche pelo Centre de Recherche Medecine, Sciences, Sante et Societe. Atuava principalmente nos temas relacionados à saúde coletiva, gênero, sexualidade, subjetividades, psicanálise, psicologia, bioética e estudos sobre a cultura²⁵.

Assinando o artigo, juntamente com Arán, Carlos Augusto Peixoto Júnior é mestre em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutor em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atua nas áreas de Psicologia, Psicanálise e Filosofia com ênfase nas relações entre clínica e cultura²⁶.

Os autores analisam alguns dos conceitos presentes na obra de Judith Butler, considerada uma das principais teóricas no que tange ao debate de temas como o feminismo, a teoria *queer*, a filosofia política e a ética. Atualmente, Butler é professora da cátedra Maxine Elliot no Departamento de Retórica e Literatura Comparada da Universidade da Califórnia, em Berkeley.

Suas reflexões contribuíram amplamente para renovar os estudos feministas e as teorias de gênero, a começar pela sua segunda publicação (tendo sido a primeira publicação *Subjects of Desire: Hegelian Reflections in Twentieth-Century France*, fruto de sua dissertação para obtenção de seu Ph.D. em filosofia na Universidade de Yale, em 1984) *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. A obra, publicada primeiramente em 1990, vendeu mais de 100.000 cópias, com diferentes traduções.

Butler utiliza as reflexões de Simone de Beauvoir, Julia Kristeva, Sigmund Freud, Jacques Lacan, Luce Irigaray, Monique Wittig, Jacques Derrida e, principalmente, Michel Foucault para questionar as noções de gênero, sexo e

²⁵ Endereço para currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/8819067393715535>> Acesso em: 03 de jul. 2014

²⁶ Endereço para currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/7337224839208493>> Acesso em: 03 de jul. 2014

sexualidade. Suas principais obras são, além das já citadas: *Bodies That Matter: On the Discursive Limits of "sex"*, de 1993; *Excitable Speech: A Politics of the Performative*, de 1997; *Undoing Gender*, de 2004; *Giving an Account of Oneself*, de 2005 e *Subjects of Sex/Gender/Desire*, de 2005.

Durante a escrita desse trabalho, utilizei como obra central para embasar os meus pensamentos o livro "Problemas de Gênero", por se tratar de seu livro mais conhecido e reproduzido. O tema central da obra é a abordagem que a autora faz do conceito de gênero e as explicações das dicotomias homo/heterossexualidade como construções sociais que garantem a hegemonia do grupo dominante. Porém, em sua obra, outros conceitos são abordados e tratados pela autora, como é mostrado no artigo publicado na Cadernos Pagu.

A filósofa, que se destacou dentro do campo dos estudos de gênero, aborda, em seus textos, temas como gênero, sexualidade, poder e subjetividade, levantando questões neste campo e tecendo críticas à psicanálise – Lacan, principalmente -, a qual tem como base pressupostos como o complexo de Édipo e o complexo da castração. No artigo, Arán e Peixoto Júnior baseiam-se nas reflexões de Butler para avançar nas críticas em relação a esta tradição psicanalítica que,

“ao ignorar questões como a multiplicidade da diferença, a singularidade e as contingências sócio-históricas da subjetivação, acabou perdendo grande parte do seu potencial subversivo de questionamento.”²⁷

Primeiramente, Butler, ao considerar o conceito de gênero como uma forma de regulação social, regulados por dispositivos específicos, - sejam eles legais, institucionais, militares, sociais, psicológicos, educacionais e psiquiátricos – leva-nos a refletir sobre de quais formas essas normatizações são engendradas e impostas aos sujeitos. Para a filósofa, o sujeito gendrado é o sujeito constituído no gênero e só existe a partir da sua própria sujeição às regulações.²⁸ Como descrito em “Corpos que pesam”:

²⁷ ARAN, Márcia e PEIXOTO JUNIOR, Carlos Augusto. **Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler**. *Cad. Pagu*, Campinas, n.28, jan/jun. 2007.

<<http://www.pagu.unicamp.br/>>. Acesso em: 19 jun. 2014

²⁸ Idem.

(...) se o gênero é construído, ele não é necessariamente construído por um “eu” ou um “nós” que se coloca antes daquela construção em qualquer sentido espacial ou temporal de “antes”. De fato, não fica claro que possa haver um “eu” ou um “nós” que não tenha sido submetido, que não tenha sido sujeitado ao gênero, onde a generificação é construída, entre outras coisas, pelas relações diferenciadoras pelas quais os sujeitos falantes se transformam em ser. Submetido ao gênero, mas subjetivado pelo gênero, o “eu” não precede nem segue o processo dessa generificação, mas emerge apenas no interior das próprias relações de gênero e como a matriz dessas relações.²⁹

Segundo Arán e Peixoto Júnior, essa teoria da Butler tem como fundamento a teoria de poder formulada pelo também filósofo Michel Foucault, na qual o poder, como “correlação de forças”, atua de maneira imediata na construção das subjetividades, através dos mecanismos de regulação instaurados e conservados. "O que faz com que os discursos reguladores que formam o sujeito do gênero sejam os mesmos responsáveis pela produção da sujeição³⁰".

Ao atuar como um ideal regulador, o poder estabelece quais práticas são consideradas como inteligíveis, lícitas e reconhecíveis e quais são consideradas ininteligíveis, ilícitas e abjetas, formando assim o campo da exclusão composto pelos considerados "anormais": todos os que não se encaixavam no discurso proposto pelo exercício de poder na passagem do século XVIII para o século XIX. Diferentemente de Michel Foucault, Judith Butler não aborda as regulações de gênero como um exemplo de uma forma de regulação, mas como uma regulação específica que tem efeitos diretos sobre a subjetividade³¹ do sujeito. Como citam os próprios autores, no artigo apresentado,

(...) tende-se a pensar que existe uma separação entre o poder da regulação e o próprio gênero, como se o primeiro agisse reprimindo e moldando os sujeitos sexuais, transformando-os em masculinos ou femininos. No entanto (...) não haveria uma regulação anterior ou autônoma em relação ao gênero, pois, ao contrário, o sujeito *gendrado* só passa a existir na medida de sua própria sujeição às regulações.³²

²⁹ BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: Louro, Guacira Lopes. *O corpo Educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 160

³⁰ Id. *Ibidem*.

³¹ A subjetividade é formada através das crenças e valores impostos socialmente ao sujeito, juntamente com suas experiências.

³² ARAN, Márcia e PEIXOTO JUNIOR, Carlos Augusto. **Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler**. *Cad. Pagu*, Campinas, n.28, jan/jun. 2007. <<http://www.pagu.unicamp.br/>>. Acesso em: 19 jun. 2014

A identidade inteligível do sujeito é estruturada a partir de uma matriz hierárquica entre a dicotomia masculino e feminino e, também, a heterossexualidade compulsória³³. A heterossexualidade compulsória se apresenta, assim, como a única forma “normal” de vivência da sexualidade através de mecanismos de poder institucionais, legais, educacionais, sociais, psicológicos e psiquiátricos.

Assim, aquele sujeito gendrado, descrito por Butler, seria o resultado dessas regulações impostas. Para exemplificar o pensamento da filósofa, Arán e Peixoto citam o processo de interpelação médica. O processo consiste no processo de ultra-sonografia. Com isso, antes mesmo de nascer, o bebê, ainda no útero, é nomeado como "menino" ou "menina", "ele" ou "ela", e passa a ser masculinizado ou feminizado e inserido "nos domínios inteligíveis da linguagem e do parentesco através da determinação de seu sexo"³⁴. Os autores explicam que o processo de "feminização" não é estável e permanente, mas deve ser reiterado ao longo do tempo tendo como objetivo reforçar esse efeito naturalizante, fruto dos processos regulatórios. Furos nas orelhas, bonecas, fogões e vassouras como brinquedos; falar baixo, padrões de beleza, cirurgias. Portanto, o ato de nomeação do sexo é, como escrevem os autores “um ato performativo de dominação e coerção que institui uma realidade social através da construção de uma percepção da corporeidade bastante específica.”³⁵

Se os atributos de gênero são um ato performativo de dominação, faz-se necessário que haja repetições para se incorporar gestos e movimentos que coincidam com a identidade destinada à aquele gênero. Assim sendo,

“o gênero é o mecanismo pelo quais as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, mas ele poderia ser muito bem o dispositivo pelo qual estes termos são desconstruídos e desnaturalizados”. (Butler, 2006 *apud* Aran e Peixoto Junior)

Portanto, se o gênero é uma norma, um ato performativo, ele é também fonte de resistência. Há sempre uma possibilidade de deslocamento dessas normas, de sair dos padrões binários e heteronormativos, como sugere o próprio título da obra "problemas de Gênero", da filósofa Judith Butler.

³³ Termo criado pela feminista Adrinne Rich em 1980.

³⁴ ARAN, Márcia e PEIXOTO JUNIOR, Carlos Augusto. **Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler**. *Cad. Pagu*, Campinas, n.28, jan/jun. 2007.

<<http://www.pagu.unicamp.br/>>. Acesso em: 19 jun. 2014

³⁵ Id. *Ibidem*.

Para um pensamento mais amplo, para além das palavras de Butler sobre subjetivação, apresentarei os termos de Foucault, nos dois últimos volumes de História da Sexualidade sobre o conceito. Foucault apresenta "subjetividade" como sendo a história dos modos pelos quais nos tornamos sujeitos. Esses modos de subjetivação se desenvolvem dentro de práticas discursivas e práticas de poder, tendo como problematizações, "a natureza do ato sexual, fidelidade monogâmica, relações homossexuais e castidade"³⁶. A partir desses focos, controlados por saberes e poderes, é constituído o sujeito. Como pode ser explicado por Cardoso Júnior, ao se referir à colocação foucaultiana:

Toda subjetividade é uma forma, mas essa forma é simultaneamente desfeita por processos de subjetivação; enquanto a forma-sujeito é captada pelos saberes e poderes, a subjetivação é um excesso pelo qual a subjetividade mantém uma reserva de resistência ou de fuga à captação de sua forma³⁷.

Ou seja, a subjetividade é a forma com que o sujeito se relaciona com o mundo, com a história, através do tempo. Para Foucault, a subjetividade está relacionada ao tempo e ao corpo (por se tratar do modo mais imediato de construção social).

Os modos de subjetivação seriam localizáveis na história e, segundo Cardoso Júnior, "são demarcados por dispositivos historicamente constituídos e, portanto, podem se desfazer, transformando-se, à medida que novas práticas de subjetivação se engendram"³⁸. É dessa forma que há um deslocamento do antigo dispositivo da sexualidade como modo de subjetivação para que haja a formação de um novo dispositivo que produza a intermediação da relação de cada sujeito consigo mesmo.

Os autores Áran e Peixoto, atentam para a importância em diferenciar a

interpretação estruturalista da subjetividade - que pressupõe a permanência da hierarquia, do binarismo, da heterossexualidade e da diferença sexual como condição da cultura -, e uma concepção histórica e contingente, que permita pressupor a ultrapassagem subversiva dessas fronteiras normativas³⁹.

³⁶ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade** (Vol. II: O uso dos prazeres), p. 17. Rio de Janeiro: Graal. 1984

³⁷ CARDOSO JR, H.R. **Para que serve uma subjetividade? Foucault, tempo e corpo.** *Psicologia: Reflexão e Crítica*. N. 18, p. 344. 2005.

³⁸ Idem, p. 348

³⁹ ARAN, Márcia e PEIXOTO JUNIOR, Carlos Augusto. **Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler.** *Cad. Pagu*, Campinas, n.28, jan/jun. 2007. <<http://www.pagu.unicamp.br/>>. Acesso em: 19 jun. 2014

E a partir disso, fazem uma leitura crítica sobre o conceito de gênero e desejo, fundamentados em uma perspectiva estrutural. Nesse debate sobre a subjetivação, os autores apontam o uso recorrente da dimensão do "simbólico" como uma estratégia política de investigação do campo social. Os teóricos lacanianos sustentam que “as normas de gênero não seriam apenas construções histórico-sociais e, nesse sentido, contingentes, mas "posições" ditas sexuadas que necessariamente ocupam um lugar pré-determinado pelo simbólico”⁴⁰.

Como exemplo desse embate político, os autores citam o debate em torno da aprovação do "Pacto Civil de Solidariedade"⁴¹, em 1999, no qual os argumentos utilizados contra a aceitação desse contrato formal de união entre casais maiores de dezoito anos, inclusive homossexuais, giravam em torno da necessidade de uma "preservação simbólica" da sociedade e da cultura, transformando o casamento homossexual em algo indesejável que poderia resultar em uma suposta "dessimbolização" cultural.

Neste sentido, com o objetivo de preservar "o simbólico", a tríade heterossexualidade-casamento-filiação foi de imediato evocada como guardiã da sociabilidade, fazendo do casamento homossexual algo impensável e, conseqüentemente, indesejável.⁴²

Assim, a estrutura do ato de pensar seria construída a partir desse sistema hierárquico, que é constituído por categorias binárias (masculino e feminino, homem e mulher).

Para uma melhor compreensão da relação próxima entre cultura, subjetividade e heterossexualidade, os autores citam o complexo de castração, que tem sua configuração básica em Freud e Lacan. A partir do complexo de castração, a psicanálise descreve a sexualidade feminina como inferior - ou inexistente - à masculina devido ao fato de se ter ou não um pênis (falo). O complexo de castração, associado ao complexo de Édipo, mostra que é ao abandonar as sensações e vínculos com relação à mãe que a criança se torna menino ou menina e passa, necessariamente, a desejar o sexo oposto.

⁴⁰ Idem

⁴¹ "Pacs": contrato criado a princípio para formalizar as uniões entre casais homossexuais maiores de 18 anos.

⁴² ARAN, Márcia e PEIXOTO JUNIOR, Carlos Augusto. **Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler**. *Cad. Pagu*, Campinas, n.28, jan/jun. 2007. <<http://www.pagu.unicamp.br/>>. Acesso em: 19 jun. 2014

Essa operação de exclusão recíproca entre identificação e desejo resultante da proibição seria um dos principais efeitos de reiteração da norma sexual reforçada pela psicanálise. A partir desta elaboração, a teoria lacaniana define a castração como uma operação simbólica que determina a estrutura subjetiva.⁴³

Na psicanálise, o modelo que opera é o modelo heterossexual com referente no masculino, pautando sua diferença para o feminino e excluindo a homossexualidade. As subjetividades são plurais, não se restringem ao modelo da castração, para os autores Aran e Peixoto Junior, que entendem ser

preciso, portanto, um certo estremecimento dessas fronteiras excessivamente rígidas e fixas da identificação e do desejo para que outras formas de construção do gênero possam habitar o mundo viável da sexuação e sair do espectro da abjeção.⁴⁴

Dessa forma, fica compreendido que o registro simbólico é uma forma de tentar reconfigurar as relações sociais. Sabendo que me aprofundar nos conceitos trazidos da psicanálise seria um trabalho de quebrar pedras e não é esse o intuito deste trabalho, me atentarei, novamente, ao artigo.

Partindo do princípio de que, a repetição de atos, a partir da qual se dá a construção do gênero, possibilita também a resistência e a produção de diferenças, os autores avançam no texto, problematizando a normalização que cerca as questões binárias de gênero através de dispositivos de regulação, sejam eles legais, institucionais, militares, educacionais, sociais, etc. Esses dispositivos refletem a maneira com que essas regulações nos são impostas, transformando os sujeitos em femininos ou masculinos.

Esta concepção deriva fundamentalmente da teoria de poder formulada por Michel Foucault, na qual o poder não atua simplesmente oprimindo ou dominando as subjetividades, mas opera de forma imediata na sua construção.⁴⁵

Ou seja, os discursos reguladores que formam a concepção de gênero no sujeito são os mesmos responsáveis pela produção desse sujeito. Para Butler, as regulações de gênero constituem uma espécie de normatização específica que possui efeitos

⁴³ Idem.

⁴⁴ Id. Ibidem.

⁴⁵ Ibidem.

constitutivos sobre a subjetividade e são estruturadas a partir de uma matriz que estabelece uma hierarquia entre o masculino e o feminino e a heterossexualidade compulsória. Portanto, para Butler, o gênero seria ele mesmo uma norma, resultado de repetições constitutivas, portanto, performativo e entendido a partir do conceito de citacionalidade. Essas repetições fazem com que o signo continue inteligível e produtivo, independente do contexto em que foi gerado e é essa possibilidade de citação que Judith Butler nomeia de “citacionalidade”, a partir de Derrida, como sendo “uma prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz efeitos que nomeia.”⁴⁶

Como apontado previamente, para os autores, o gênero tanto é uma norma quanto uma fonte de resistência, pois há sempre uma possibilidade de deslocamento que é inerente à repetição do binarismo masculino/feminino. Exemplo disso são os *intersex*, sujeitos/objetos do artigo de Nádia Perez Pino, que será abordado no capítulo seguinte. Portanto, as normas de gênero não seriam apenas construções sociais, mas sim posições sexuadas que ocupam um lugar já pré-determinado pelo simbólico a partir de um modelo heterossexual.⁴⁷

Os autores concluem citando Butler, para exemplificar a identificação múltipla de gênero, mostrando como a teoria *queer* assume um papel subversivo ao tratar, de forma radical, as normas de gênero. O *queer* ressignifica as sexualidades e repensa os parâmetros a partir dos quais os desejos, a sexualidade e as subjetividades são abordadas, reconhecidas, vivenciadas e expostas no mundo contemporâneo, abrindo novas possibilidades antes impensáveis.

⁴⁶ BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: Louro, Guacira Lopes. O corpo Educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 154

⁴⁷ ARAN, Márcia e PEIXOTO JUNIOR, Carlos Augusto. **Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler**. *Cad. Pagu*, Campinas, n.28, jan/jun. 2007. <<http://www.pagu.unicamp.br/>>. Acesso em: 19 jun. 2014

CAPÍTULO II

O conceito de "experiência" e os sujeitos possíveis na história

Nádia Perez Pino é socióloga, pela Universidade Estadual Paulista, e dedica-se a refletir sobre temas como a teoria queer, experiências intersex e dispositivos da sexualidade.⁴⁸ Em seu artigo **A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos des-feitos**, a autora questiona o fato de se trazer à tona as experiências dos sujeitos invisibilizados, acreditando que isso seria o suficiente para escrevermos suas histórias e para, então, concluirmos que são as experiências que constituem os sujeitos: esses sujeitos são formados por uma bagagem de vida, e não são os sujeitos constituídos *a priori* que têm experiências, ela adverte.

Para uma melhor compreensão das experiências desses sujeitos abordados pela autora, farei um rápido apanhado do conceito de experiência a partir das idéias do filósofo Michel Foucault, Joan Scott e Teresa de Lauretis.

O conceito de experiência, descrito pelo filósofo e historiador francês Michel Foucault é explicado, de forma clara, no texto **História: A arte de inventar o passado**, do historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior. Em seu texto, Durval Muniz debate a diferença entre o conceito de “experiência” utilizado pelo historiador Edward P. Thompson, de forma central, em sua teoria da história, e o conceito utilizado por Michel Foucault, abordando, assim, dois pensadores ligados a diferentes tradições de pensamento, teorias e metodologias que levam à compreensão de duas formas de se pensar o sujeito.

Para Thompson, historiador do “discurso do real”, deve-se dialogar com as fontes de forma que se chegue o mais próximo possível de sua “verdade”, ou seja, do discurso – representações simbólicas e/ou ideológicas do real –, tendo como referência externa material a realidade. Para Foucault, o discurso participa da formação do real juntamente com outras práticas múltiplas e não se faz exterior a esse. Ao contrário do pensamento de Thompson, para quem a experiência tem como base as classes sociais, e é fundada no ser e em sua consciência, para Foucault a experiência, a realidade e o sujeito são discursivamente construídos.

Mas, afinal, o que é o real? As palavras de Durval Muniz sobre o “real” enfatizado por Thompson:

⁴⁸ Endereço para o currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/1371294290670193>> Acesso em: 03 de jul. 2014.

O real possui uma existência exterior aos discursos que o tomam como objeto. O real é o referente material dos discursos, que são representações simbólicas, ideológicas, daquele. O historiador deve se aparelhar com métodos, técnicas e um aparato conceitual que lhe permitam dialogar com as fontes de forma a corrigir o máximo possível as distorções que os preconceitos e as pré-noções podem trazer para a compreensão do real.⁴⁹

Ou seja, o real é a ênfase no ponto em comum, na semelhança entre os discursos, fatos e práticas que constituem o momento histórico. Em contrapartida, Michel Foucault enfatiza a diferença através do mesmo conceito. Foucault, ao historicizar o conceito de experiência, e, conseqüentemente, o de sujeito, abre um leque de perguntas sobre como, quando, por que e em qual contexto histórico veio a se constituir o sujeito em relação à experiência.

Portanto, o conceito de experiência, para Foucault, permite ramificações, visões múltiplas sem que haja uma finalidade única, uma ordem objetiva. Como bem diz Durval Muniz, sobre Foucault:

Ele não faz a história de uma experiência, mas de como esta foi constituída, como esta foi possível, como ela chegou até nós, e a partir de que interesses ela foi 'documentada'. A experiência não se remete a um sujeito fundante, mas a momentos específicos, a pressupostos comuns a um corpo disseminado de pensamento e política.⁵⁰

Foucault, ao contrário de Thompson, não fundamenta as experiências e sim questiona essas fundamentações, a desnaturalizando de acordo com seus sinais, signos, do momento em que o historiador se encontra, dentre outros fatores. Foucault duvida das razões de ser de uma experiência, de cada sujeito e de cada objeto considerados históricos. Foucault não parte do real e sim do que possibilitou que aquela experiência se concretizasse em um determinado período, em determinadas condições históricas e de qual maneira essa experiência veio à tona nos/pelos discursos.

Nós, historiadores, moldados academicamente para trabalharmos com existências reais, por vezes deixamos de lado o fato de que essas experiências, chegam a nós de forma fragmentada, medidas por ações, falas, discursos e poderes. E é exatamente o caminho inverso que Foucault nos aponta: tudo é histórico e a tudo

⁴⁹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. História: A arte de inventar o passado. Ensaio de Teoria da História. São Paulo: Edusc, 2007 p.10

⁵⁰ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. História: A arte de inventar o passado. Ensaio de Teoria da História. São Paulo: Edusc, 2007 p. 12

devemos formular perguntas. Dessa forma, os sujeitos e os objetos históricos não são tomados como ponto de partida para a explicação de práticas sociais e sim como efeito dos discursos construídos.

Para se compreender o sujeito, deve-se, primeiramente, pensar as experiências, como bem diz a historiadora norte-americana Joan Scott:

quando a experiência é considerada como a origem do conhecimento, a visão do sujeito individual (a pessoa que teve a experiência ou o/a historiador/a que a relata) torna-se o alicerce da evidência, acerca de como os sujeitos são, desde o início, construídos de maneiras diferentes, acerca de como a visão de um sujeito é estruturada – acerca da linguagem (ou discurso) e história – são postas de lado. A evidência da experiência, então, torna-se evidência do fato da diferença, ao invés de uma maneira de explorar como se estabelece a diferença, como ela opera, como e de que forma ela constitui sujeitos que veem e agem no mundo.⁵¹

Ou seja, a experiência, para Joan Scott, é a análise feita sobre o processo de produção do conhecimento gerado pela experiência, pensando seus contextos, sujeitos envolvidos e as particularidades de cada um para então se compreender o todo. Ou, como também explica a historiadora Teresa de Lauretis, o conceito de experiência é reconfigurado a partir do sujeito e de suas trocas com a sociedade, dessa forma, ela afirma que procurou

definir *experiência* para designar o processo pelo qual a subjetividade é construída para todos os seres sociais. Procurei definir experiência mais exatamente como um complexo de efeitos, hábitos, disposições, associações e percepções significantes que resultam da interação semiótica do eu com o mundo exterior.⁵²

Para Lauretis, a visibilidade da experiência deve se tornar uma forma de explorar como a diferença é estabelecida, operada e de que maneira essa experiência constitui os sujeitos atuantes no mundo ao invés de ser uma evidência para a diferença. Tanto para Foucault, Butler e Lauretis a experiência é reconfigurada, construída e modificada, através da interação entre o sujeito e o mundo exterior.

⁵¹ SCOTT, Joan. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Orgs.). Falas de Gênero. Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999. Disponível em: <http://historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/Joan_Scott-Experiencia.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2014, p.4.

⁵² LAURETIS, Teresa. A Tecnologia de Gênero. In: HOLLANDA, Heloisa (org.). Tendências e Impasses – O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 228

É essa a experiência questionada pela autora Nádía Perez Pino, em seu artigo *A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos des-feitos*. Mas quem são esses sujeitos constituídos pela experiência? Para Foucault, esses sujeitos são efeitos das construções discursivas sujeitados a matrizes heteronormativas. Pensamento também compartilhado por Judith Butler, Teresa de Lauretis e Joan Scott.

Butler, em *Problemas de Gênero*, mostra como a construção de um sujeito tem como efeito a produção de outros sujeitos excluídos por não se encaixarem na matriz cultural heterossexual em que vivemos, a qual opera sob a lógica binária da existência de dois sexos (macho/fêmea) e dois gêneros (homem/mulher).

A matriz cultural por intermédio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de “identidade” não possam “existir” – isto é, aquelas em que o gênero não decorre do sexo e aquelas em que as práticas do desejo não “decorrem” nem do “sexo” nem do “gênero”.⁵³

Butler está se referindo aos grupos que subvertem a ordem compulsória, justamente àquelas “sexualidades disparatadas” descritas por Foucault em *A História da Sexualidade I – A vontade de saber* e que dá o título do dossiê em questão, como sexualidades fora dos padrões, designando contra-senso. A filósofa mostra que os “corpos abjetos” são aqueles que não são pensados como referente, nem entendidos ou nomeados dentro da matriz cultural heterossexual.

Portanto, ao nomearmos esses sujeitos como “excluídos”, estamos dando a eles um reconhecimento e uma possibilidade de articulação. Em *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo*, Butler afirma que:

a construção do gênero atua através de meios excludentes, de forma que o humano é não apenas produzido sobre e contra o inumano, mas através de um conjunto de exclusões, de apagamentos radicais, os quais, estritamente falando, recusam a possibilidade de articulação cultural.⁵⁴

Os sujeitos invisibilizados abordados por Nadia Perez são os *intersex*, que só recentemente deixaram de ser assunto tratado apenas pelos saberes médicos e biológicos para serem incorporados às discussões sociológicas, feministas e *queer*. As experiências

⁵³ BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 39

⁵⁴ BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: Louro, Guacira Lopes. O corpo Educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 161

dos corpos *intersex* chegam a níveis extremos, evidenciando como se dá a restrição das identidades de gênero ao binarismo homem/mulher, hetero/homo, masculino/feminino.

Para além de ser um corpo que não se enquadra nas representações culturais vigentes, ele está sujeito a passar por procedimentos cirúrgicos para se enquadrar em uma exigência social que dita como deve ser o homem e a mulher, o masculino e o feminino, tendo toda a sua construção regida por ideais regulatórios no interior da matriz referente x abjeto.

Em *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo*, Butler explica como o sexo, sendo uma condição material, passa a ser materializado através de práticas regulatórias que produzem limites que são discursivos do corpo. Por meio dessa materialização do sexo através das práticas regulatórias reiteradas é que é também materializada a diferença sexual, tendo como efeito o poder e a hierarquização de um sexo sobre o outro (masculino sobre feminino). É também através dessas práticas regulatórias impostas que o sujeito se torna “pessoa”, que o bebê se torna “ele” ou “ela”, ainda no útero. O “sexo”, em suma, é um processo regido por normas que regularizam e produzem sua materialização.

Mas, afinal, o que é *intersex*? A própria definição, talvez, está na indefinição. Como explica a autora, “*intersex* é um termo de origem médica que foi incorporado pelos ativismos para designar as pessoas que nascem com corpos que não se encaixam naquilo que entendemos por corpos masculinos ou femininos.”⁵⁵

Ou seja, são corpos que não estão encaixados em um padrão binário de inteligibilidade cultural, devido aos seus órgãos reprodutivos e anatomias sexuais não serem reconhecidos ou designados como “normais”, enquadrados no padrão do masculino ou do feminino. Existem variadas formas de intersexualidade e o texto da Nádía Perez Pino vai tratar de analisar como essa intersexualidade se tornou um estigma social para muitos sujeitos.

Para além de um estigma social cercado por traumas sociais é também uma marca do gênero, já que nossa sociedade – ainda – é regida por binarismos. Durante seu texto, a autora discute a questão da cirurgia médica que é baseada em preservar a capacidade reprodutiva – no caso do sexo feminino – e, no caso do sexo masculino, preservar o tamanho e a possibilidade erétil.

⁵⁵ PINO, Nádía Perez. A teoria *queer* e os *intersex*: experiências invisíveis de corpos *des-feitos*. *Cad. Pagu*, Campinas, n.28, jan/jun. 2007. <<http://www.pagu.unicamp.br/>>. Acesso em: 19 jun. 2014

Um caso de intersexualidade bastante curioso e citado por Butler em *Undoing Gender*, é o do canadense David Reimer, que a autora descreve no capítulo *Doing Justice to Someone: Sex Reassignment and Allegories of Transsexuality* para dar a devida atenção ao caso. Reimer nasceu em Agosto de 1965. Aos sete meses, ele e seu irmão gêmeo se submeteram a uma operação de circuncisão em um procedimento incomum de cauterização que deu errado e Reimer teve seu pênis queimado, precisando de reparos cirúrgicos. Seus pais, preocupados com o futuro de Reimer sem um pênis, decidiram levá-lo para ser tratado por John Money, psicólogo que estava criando uma reputação como pioneiro no campo de desenvolvimento sexual e identidade de gênero, baseado em seus trabalhos com pacientes *intersex*.

Com 22 meses, Reimer recebeu o nome “Brenda”, teve seu órgão genital retirado e passou a receber tratamentos hormonais. Esse é um caso de *intersex* singular. Ele representa, como é visto no artigo de Nádía Perez Pino, a noção de que é mais fácil criar corpos femininos, corpos passivos, do que um pênis que não desempenhe a funcionalidade masculina, no interior de uma ordem cultural e social. O caso de Reimer resultou em seu suicídio, não por estar em um corpo feminino, mas por ser obrigado a se enquadrar em uma norma da qual ele não fazia parte.

Em *Manifiesto Contra-Sexual*, no capítulo intitulado *Money makes sex o la industrialización de los sexos*, Beatriz Preciado, nomeia o modelo de John Money – aplicado no caso de David Reimer - como “Moneísmo” (*Moneysmo*) e disserta sobre esses corpos abjetos e as etapas de (re)construção desses sujeitos mencionando, por exemplo, a técnica de vaginoplastia:

Primera etapa: se realiza una incisión en la piel del pene y de los testículos, de tal manera que se puedan recuperar los tejidos para construir las paredes posteriores de la vagina. Segunda etapa, todavía hoy denominada “castración”: se extirpan los testículos, se realiza una incisión en la parte superior del pene, para así hacer que la piel se deslice hacia abajo. El cirujano prepara con el dedo un espacio para la vagina entre la vejiga y el recto. Tercera etapa: se construye el clítoris a partir del cuerpo cavernoso, esperando (si hay suerte) recuperar un máximo de superficie de excitación. Un catéter urinario se coloca en la vejiga. Se da la vuelta a la piel del pene y se la empuja hacia el interior. Se completa si es necesario con un injerto de la piel del escroto. Cuarta etapa: se coloca un molde que tiene la forma de un pene en el lugar reservado a la vagina.⁵⁶

⁵⁶ PRECIADO, Beatriz. *Manifiesto contra-sexual*. Madrid: Opera Prima, 2002, p. 101

Essas etapas mostram como, para o discurso médico heterossexual, a masculinidade contém em si mesma a feminilidade como inversão. É interessante analisar que essas etapas de reconstrução vaginal (vaginoplastia) não são, como Preciado mostra, simplesmente relacionadas à produção de um órgão e sim à produção de um sujeito passivo a partir de suas definições cromossômicas.

Como Preciado explica as classificações médicas: XX como um corpo geneticamente feminino, segundo a medicina atual. XY como um corpo geneticamente masculino. “Clito-pênis” como um pequeno órgão parecido com um clitóris, mas que tem potencial para ser convertido em um pênis. “Micro-pênis”, para um pequeno pênis, porém bem formado. “Micro-falo” como um pequeno pênis mal formado e de difícil reconhecimento, porém que não deve ser confundido com um clitóris; e “pênis-clitóris” como um grande clitóris que não deve ser confundido com um pequeno pênis.⁵⁷ Dessa forma, o corpo intersexual, para o monismo, se trata de uma patologia em que os órgãos sexuais são “inacabados”, “mal-formados”, “subdesenvolvidos”, colocando a diferenciação sexual apenas na visão ou na aparência externa da genitália. Como escreve Preciado,

“(…) los criterios de asignación del sexo no son científicos sino estéticos, porque la visión y la representación juegan el papel de creadores de verdade em el proceso de la asignación del sexo. La visión hace la diferencia sexual”.⁵⁸

Como escreve Preciado, mesmo quando há a troca do órgão sexual, a transformação é regida dentro do binarismo através dos mesmos critérios estéticos e qualquer corpo que tenha um órgão genital que não possa ser reconhecido visualmente como um pênis, será categorizado e identificado como feminino. Após essa identificação e categorização, o sujeito *intersex* passa por uma série de cirurgias, até a sua adolescência, para que seu corpo passe a se enquadrar em um molde social que lhe impõe a passividade, transformando o seu órgão não em uma vagina, mas em um buraco que tem como função receber um pênis.⁵⁹

Para os *intersex*, a definição do corpo é o que atribui o gênero e o desenvolvimento da sexualidade. Primeiramente, é atribuído um sexo – de acordo com o padrão binário -, num primeiro momento do tratamento, depois, sob controle e

⁵⁷ Ibidem, p. 108

⁵⁸ Ibidem, p. 111

⁵⁹ Ibidem, p. 109

expectativas médicas e familiares, o gênero deve ser desenvolvido de maneira coerente com o sexo designado, ou seja, direcionado ao sexo oposto. Isto é o que Butler chama de “gêneros inteligíveis”, “aqueles que mantêm e instituem relações de coerência e continuidade entre o sexo, gênero, desejo e prática sexual”.⁶⁰

Esse ideal de gêneros binários e “inteligíveis” violenta, estigmatiza e agride os sujeitos, forçando encaixá-los em uma noção de homem e mulher, para que a heterossexualidade continue a ser predominante e os questionamentos sobre as noções tradicionais de gênero permaneçam isoladas e cristalizadas. De acordo com Butler, a identidade de gênero se torna inteligível a partir de uma matriz cultural que exige que os outros tipos de identidades que subvertem a ordem compulsória de sexo/gênero/desejo não existam. A heterossexualização do desejo institui os binarismos e suas posições assimétricas entre o que é “feminino” e o que é “masculino”, ou também nomeados como “fêmea” e “macho”. Ou seja,

os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente construídos e a “expressão” ou “efeito” de ambos na manifestação do desejo sexual.⁶¹

Os indivíduos intersex, portanto, se encontram em um dilema, como aborda Nádía Perez Pino em seu artigo. Por um lado, há uma parcela reivindicando uma maior autonomia sobre os seus próprios corpos, longe de práticas médicas e saberes científicos que invadem, muitas das vezes sem o seu consentimento, seus corpos. Por outro lado, existe essa lógica cultural e social que exclui, de maneira clara, todos os sujeitos que não seguem os ideais normativos impostos pela lógica binária e heterossexista. A sociedade impõe uma incorporação às normas binárias para que seja possível viver. No caso dos *intersex*, os corpos devem ser des-feitos para depois serem refeitos de acordo com os moldes sociais.

É por essa condição paradoxal que os *intersex* são um objeto paradigmático para a teoria *queer*. Eles mostram o cenário construtivo no qual as identidades se formam e o quão reduzido é o leque das identidades socialmente disponíveis. Além disso, a reflexão *queer*

⁶⁰ PINO, Nádía Perez. A teoria *queer* e os *intersex*: experiências invisíveis de corpos *des-feitos*. *Cad. Pagu*, Campinas, n.28, jan/jun. 2007. <<http://www.pagu.unicamp.br/>>. Acesso em: 19 jun. 2014

⁶¹ BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 38

sobre os *intersex* é característica de um momento em que a teoria passou a incorporar outros sujeitos às análises e, ao mesmo tempo, a teoria da performatividade de gênero, um de seus pilares, passou a ser problematizada.⁶²

A teoria da performatividade é central para a compreensão da obra de Judith Butler. Ela indica que o gênero é performativo, ou seja, é formado para se adaptar à ordem compulsória através de gestos, atos e sinais que reforçam a construção dos corpos ditos femininos e masculinos como conhecemos hoje. O ato performativo é aquele que constitui o gênero, o corpo e suas normas através de repetições vulneráveis à linguagem, ou seja,

Corpos não são habitados como espaços vazios. Eles estão, em sua espacialidade, também em andamento no tempo: agindo, alterando a forma, alterando a significação – dependendo das suas interações – e a rede de relações visuais, discursivas e táteis que se tornam parte da sua historicidade, de seu passado, presente e futuro constitutivos.⁶³

A linguagem, para Butler, é performativa e o corpo é vulnerável a essa linguagem. Portanto, o corpo se torna feito e efeito, criando, através dos atos de fala, uma ambivalência: de um lado a linguagem apaga sua performatividade, obrigando-o à fixidez. De outro lado, essa mesma linguagem dá uma aparência presente ao corpo. Ou seja, através da linguagem, do ato de fala, o corpo torna-se inteligível, regulável e passível de legitimação e normatização.

Há de se questionar: somos todos performativos? Existe uma natureza em mim, em todos nós, masculina ou feminina, para além dos atos, gestos e sinais que reproduzo/reproduzimos? A teoria da performance de gênero seria suficiente para englobar todos os sujeitos e para se pensar os processos de incorporação de sexo e do gênero? Para a teórica *queer* Beatriz Preciado, não. Ela questiona a teoria, mostrando como as transformações corporais, físicas, sociais e políticas dão significado ao corpo. Porém, como bem aborda Butler, a teoria da performatividade foi apenas um passo inicial para o desenvolvimento da teoria *queer*, que busca exatamente romper com o heterossexismo que rondava os estudos feministas.

Para a autora [Butler], a relação entre ‘corpo diferente’, ou menos válido, e as normas tem um potencial transformado, na medida em que possibilita ir além ou refazer essa norma, ou ao menos indicar um

⁶² PINO, Nádia Perez. A teoria *queer* e os *intersex*: experiências invisíveis de corpos *des-feitos*. *Cad. Pagu*, Campinas, n.28, jan/jun. 2007. <<http://www.pagu.unicamp.br/>>. Acesso em: 19 jun. 2014

⁶³ BUTLER, Judith. *Undoing Gender*. Routledge, 2006, p.217

futuro de rompimento. Os sujeitos *queer*, como *drags*, lésbicas butch/femme, transgêneros, transexuais, travestis, *intersex*, têm a função política de atuar no cenário político, questionando o real, as normas que incidem sobre seus corpos, e mostrando, assim, que outras formas de corpos são possíveis.⁶⁴

É a partir desse questionamento, desse enfrentamento, que o corpo fala, se torna porta-voz de suas próprias marcas, de sua história, de suas experiências, do seu poder.

A reflexão *queer* sobre os *intersex* aborda como os processos de incorporação de gênero criam e naturalizam os corpos em um parâmetro binário e ambos questionam essa naturalização do pensamento social construído, apontando para a necessidade de se pensar, experimentar e reconhecer outras formas de identidades não normativas, afinal, toda a história já construída pode ser reconstruída a todo o momento. Nossa sociedade, constituída por normas, ameaçam os sujeitos *queer* a serem invisibilizados e desfeitos, como se não houvesse escolha fora de um padrão binário, a se encaixarem para terem suas vidas reconhecidas através de identidades já programadas que nos são empurradas garganta abaixo.

⁶⁴ PINO, Nádía Perez. A teoria *queer* e os *intersex*: experiências invisíveis de corpos *des-feitos*. *Cad. Pagu*, Campinas, n.28, jan/jun. 2007. <<http://www.pagu.unicamp.br/>>. Acesso em: 19 jun. 2014

CAPÍTULO III

Casamento, família, sexualidade e normatividade.

No dia 05 de maio de 2011, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceram, por unanimidade, a união estável de casais do mesmo sexo. A decisão se deu após a análise de duas ações: Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277/DF, da Procuradoria Geral da República, e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132/RJ, do governo do Rio de Janeiro. Ambas questionavam o tratamento legal da união estável, reconhecida apenas entre heterossexuais, visando assegurar aos homossexuais os mesmos direitos. Com a aprovação das duas ações, o STF passou a aprovar a união estável entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar, reconhecendo, inclusive, o direito à pensão alimentícia, aos benefícios previdenciários, e à partilha de bens, dentre outros.

A decisão foi recebida com alegria por parceiros homoafetivos e sujeitos simpatizantes à causa. Por outro lado, o pânico causado socialmente entre as camadas conservadoras pela decisão chega a ser cômico, pois mostra a fragilidade da “redoma de vidro” que envolve a família nuclear patriarcal ainda hoje. Isto fica claro no texto publicado na coluna Ponto de Vista, do jornal Correio de Uberlândia, no dia 02 de junho de 2011, assinado pelo seminarista Joildo Cândido da Silva, que reflete aquele sentimento de pânico perante uma possível “falta de controle” sobre os valores tradicionais da família, ao afirmar que

(...) a definição do que é uma família, no que tange a nosso humilde ponto de vista, não pode limitar-se unicamente às leis civis. Estabelecer uma norma constitucional, equiparada à institucionalização da família tradicional é a tentativa de relativizar e despersonalizar fundamentos essenciais da vida do homem.⁶⁵

Quem é esse homem citado? Quais são esses fundamentos essenciais? Qual é o conceito de família que aparece subjacente a esse referente? Primeiramente, não podemos acatar simplesmente o trecho que pretende colocar o “homem” como sujeito universal. Também, os sujeitos são mutáveis. Problematizar a questão da família

⁶⁵ SILVA, Joildo Cândido da. **União homoafetiva**. Jornal Correio de Uberlândia. Jun. 2011. <<http://www.correiodeuberlandia.com.br/colunas/pontodevista/uniao-homoafetiva/>>. Acesso em 01 jul. 2014

exigiria colocar em questão a concepção de sujeito, matrimônio, de sexo e sexualidade que suportam, alimentam e fazem operar o pensamento moderno.

O filósofo Michel Foucault, em sua obra **História da Sexualidade – A vontade de saber**, observa a “família” como uma das formas de controle e repressão sexual do indivíduo e da população através de seus discursos, juntamente com a igreja, a escola e os saberes médicos. Foucault analisa a explosão discursiva sobre o sexo, o qual passou, por meio de dispositivos de poder, a ser controlado - desde a maneira como passou a ser abordado, até como as pessoas lidavam e o que faziam dele na era moderna –, transformando-o não em uma forma de “repressão”, mas em uma nova ferramenta de saber-poder. É o que ele explica, ao observar que

Todos esses elementos negativos – proibições, recusas, censuras, negações – que a hipótese repressiva agrupa num grande mecanismo central destinado a dizer não, sem dúvida, são somente peças que têm uma função local e tática numa colocação discursiva, numa técnica de poder, numa vontade de saber que estão longe de se reduzirem a isso.⁶⁶

A sociedade burguesa não parou, portanto, de falar sobre sexo, embora pareça ter feito um “silêncio” sobre ele, valorizando-o, resguardando-o aos espaços escolhidos. Assim, ele explica, a colocação do sexo em discurso surge como uma estratégia do biopoder⁶⁷ para controlar a sexualidade em nome da economia e dos interesses nacionais a partir do surgimento da “população”, produzindo novas formas de falar de sexo, a partir de novos pontos de vista e controles sociais, tais como a igreja, a família e o Estado.

Por volta do século XVIII, passou a haver uma necessidade de se falar sobre as práticas sexuais, de proliferar seus discursos, sob perspectivas políticas, econômicas e técnicas. Porém, esses mecanismos não atuavam de uma forma geral e sim através de análises e padrões: seriam criados mecanismos para regularem as práticas sexuais de acordo com interesses econômicos e políticos através da população. Diz Foucault:

é preciso analisar a taxa de natalidade, a idade do casamento, os nascimentos legítimos e ilegítimos, a precocidade e a frequência das relações sexuais, a maneira de torná-las fecundas ou estéreis, o efeito

⁶⁶ FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I – A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988, p.17

⁶⁷ Termo utilizado por Foucault em **História da Sexualidade I** para se referir ao poder que o Estado tem sobre a população, submetendo-a a normas e regulações.

do celibato ou das interdições, a incidência das práticas contraceptivas.⁶⁸

Essa técnica de poder, que aparece no século XVIII, nasce a partir do momento em que o surgimento da população passa a ser entendido como um problema, que tem como efeito suas especificidades, tais como padrões de nascimento, casamento, reprodução e morte. Esse problema passou a ter como foco o sexo e a forma com que ele era utilizado, transmitido, relatado e tratado. A população passou a ter sua conduta sexual analisada com o objetivo de manter um controle natalista ou antinatalista. As sexualidades e práticas infecundas passaram a ser consideradas desvios em um século que instaura a importância de relações matrimoniais entre outras tratadas através de medidas de internação, prisão e tratamento psiquiátrico.

Será essa a família descrita pelo seminarista? "A família como célula monogâmica", como diz Foucault. E o medo atual? Seria também econômico? O casamento homoafetivo implicaria em que nesse pensamento? Essa monogamia heterossexual, por não contrariar as supostas leis jurídicas e naturais, tinha como direito a discrição discursiva. Portanto, ele nos auxilia a ler um deslocamento social e histórico que estabelece um código de valores em que toda a condenação passa a ter como foco as "sexualidades disparatadas":

A homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androgenia interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie.⁶⁹

A homossexualidade passou a ser alvo das preocupações da sociedade e persiste até hoje, sobretudo em uma parcela mais conservadora, por ir contra os padrões de comportamento sociais, passando a ser considerada como uma ameaça tanto para a reprodução biológica quanto para a família, mantenedora dos valores morais, portanto, para a sociedade. A figura do homossexual passa a ser emblemática, entre outros sujeitos considerados reiteradamente como "anormais", como sujeito incapaz de controlar sua sexualidade, de constituir uma família nuclear monogâmica, de manter relações saudáveis, de preservar a norma e a moral que se quer garantir.

⁶⁸ FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I – A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988, p.28

⁶⁹ FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I – A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988, p.43-44

Para Foucault existem, historicamente, dois grandes procedimentos para se produzir uma verdade sobre o sexo: a *ars erotica* e a *Scientia Sexualis*. No primeiro procedimento, adotado pelas sociedades orientais (China, Japão, Índia, Roma e mundo muçulmano), a verdade é extraída do prazer e o prazer é encarado como uma prática que requer aprendizagem e iniciação. De acordo com a tradição, esse saber deve permanecer secreto não por suspeita de infâmias, mas por perder a suas virtudes ao ser divulgado, falado, exposto. O segundo domínio, descrito em capítulo de mesmo nome⁷⁰, desenvolvido pela sociedade ocidental ao longo dos séculos, trata-se do controle do sexo a partir de uma “ciência sexual” como produção de verdades. Ou seja, a ciência ocidental, em contraponto à arte erótica, define os parâmetros a partir dos quais são estabelecidas as normas sociais e passa a excluir o que é considerado como inaceitável. Mas para que ocorra a exclusão desse “inaceitável”, faz-se necessário, primeiramente, designá-los a partir de suas confissões. As confissões eram feitas, como eu discorri anteriormente, através de técnicas do Estado como, por exemplo, a confissão de um fiel à Igreja sobre seus “pecados carnis”. Criou-se a necessidade de falar sobre algo e, ao mesmo tempo, acreditar que de tal assunto não se falava. Não se proibia falar de sexo, pelo contrário, se incentivava a falar dele.

Essa nomeada produção de verdades sobre a sexualidade é o que Foucault denominou como *Scientia Sexualis*, em capítulo de mesmo nome, em contraponto a *Ars Erotica*. Para Foucault, ela tem como base a confissão do indivíduo que

(...) durante muito tempo, foi autenticado pela referência dos outros e pela manifestação de seu vínculo com outrem (família, lealdade, proteção); posteriormente passou a ser autenticado pelo discurso de verdade que era capaz de (ou obrigado) ter sobre si mesmo. A confissão da verdade se inscreveu no cerne dos procedimentos de individualização pelo poder.⁷¹

Essa confissão da verdade surge como uma tentativa de padronizar os sujeitos, afirmando como os mesmos deveriam se comportar. Por um lado, há a obrigação em esconder o sexo e, por outro, o dever em confessá-lo. É dessa forma que é construído o “dispositivo da sexualidade”, ligando o sexo à vigilância e ao controle dos poderes médicos, institucionais e do Estado. Essa introdução se faz necessária quando se propõe a discutir o casamento, mesmo que seja o casamento gay. A instituição do matrimônio,

⁷⁰ Ibidem. p.57

⁷¹ FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I – A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988, p.58

como a concepção de sujeito, de sexo e de sexualidade, tem uma historicidade, e não por acaso o debate sobre o relacionamento homoafetivo incomoda e coloca sob suspeita um edifício de valores morais que é revigorado em diferentes lugares sociais e históricos.

Temos como principal ligação, entre o cristianismo e a confissão, o Concílio de Trento, citado por Foucault em "A Vontade de Saber". Com o Concílio de Trento o cristianismo passava a fazer com que o que fosse dito, nas confissões, remetesse a formas de discurso articuladas dentro de relações de poder. Ao invés de uma censura sobre o sexo, passa-se a ter uma promoção discursiva dele. Assim, “a pastoral cristã inscreveu, como dever fundamental, a tarefa de fazer passar tudo que se relaciona com o sexo pelo crivo interminável da palavra”⁷²

Através desse dispositivo, fica a cargo da instituição e do confessor examinar, analisar e corrigir a conduta do fiel. São esses discursos que produzem o sexo que passa a ser difundido como uma norma social, também através dos binarismos, produzindo o gênero e suas normas derivadas. Carole Pateman, feminista britânica e teórica política, em sua obra “O contrato sexual” explica essa dominação sexual através de um contrato de dominação que cria direitos políticos de dominação do homem sobre a mulher, o que, trazido para o pensamento *queer*, a dominação do dominante sobre o subjugado, tornando o “outro” como uma propriedade passível de controle.

Também no objeto de nossa análise, o artigo **Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay**, Richard Miskolci levanta questões sobre o casamento gay, ou parceria civil entre pessoas do mesmo sexo, e reflete sobre a forma como a nossa sociedade impõe padrões normativos como forma de controle social, mostrando como é importante, para o *status quo*, o papel da instituição casamento nos dias atuais. Porém, há de se questionar? Por que é dada essa importância ao tema e qual a análise *queer* sobre o mesmo?

Richard Miskolci é Doutor em Sociologia pela USP. Atualmente, coordenador do grupo de pesquisa Corpo, Identidades e Subjetivações, da UFSCar, pesquisador colaborador do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu e também membro do comitê editorial da revista. Autor de vários artigos e resenhas nacionais e internacionais. Miskolci é co-organizador, juntamente com Júlio Assis Simões, do dossiê trabalhado aqui: "Sexualidades disparatadas", da revista Cadernos Pagu, número 28/2007.

⁷² Ibidem, p. 30

Miskolci mostra, em seu artigo, como esse debate tão contemporâneo evidencia o lugar atual de gays, lésbicas e transgêneros em nossa sociedade como uma forma, como o próprio autor aborda, de

controle da transformação societária conhecido como pânicos morais, aqueles que emergem a partir do medo social com relação às mudanças, especialmente as percebidas como repentinas e, talvez por isso mesmo, ameaçadoras⁷³.

Esse medo social, tão antigo quanto atual, será exemplificado a partir do texto do jornalista e escritor Guilherme Fiuza, escrito após a aprovação da resolução sobre a União Civil Homoafetiva. No texto, nomeado “**A ditadura gay**”, Fiuza aponta a homossexualidade como um grande mercado econômico e político usado por adeptos e simpatizantes para levantarem a alcunha de “libertários”, “bondosos”. E é dessa mesma forma que ele caracteriza a decisão tomada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no dia 14 de maio de 2013, que passou a obrigar os cartórios de registro a reconhecerem, celebrarem o casamento entre pessoas do mesmo sexo e converterem as uniões estáveis em civis. A resolução, baseada na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de 2011, foi aprovada por 14 votos a 1. Para Fiuza

A resolução do CNJ sobre o casamento entre homossexuais é uma aberração, um atropelo às instituições pelo arrastão politicamente correto. A defesa da causa gay está ultrapassando a importante conquista de direitos civis para virar circo, explorado pelos espertos.⁷⁴

Guilherme Fiuza, homem, cissexual⁷⁵, branco, classe média, heterossexual, compreende a resolução do CNJ como autoritária e fruto de mercadores da bondade. Guilherme Fiuza, assim como a ala social conservadora, representa o *status quo* brincando de politicamente correto. A incapacidade de olhar para além da própria redoma que protege os sonhos e fantasias monogâmicas heterossexuais se transforma em medo, em pânico perante as possibilidades de mudança, em gesto de resistência de setores sociais em relação a direitos conquistados através de lutas e conquistas sociais.

O casamento é uma instituição que tem por objetivo manter a ordem social, a hierarquia entre os sexos e os valores tradicionais. O filósofo Michel Foucault

⁷³ MISKOLCI, Richard. **Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay**. *Cad. Pagu*, Campinas, n.28, jan/jun. 2007. <<http://www.pagu.unicamp.br/>>. Acesso em: 19 jun. 2014

⁷⁴ FIUZA, Guilherme. **A ditadura gay**. Revista *Época*. Ed. 783, jun. 2013.

<colunas.revistaepoca.globo.com/guilhermefiuza/2013/06/06/a-ditadura-gay/>. Acesso em: 01 jul. 2014

⁷⁵ Abreviado como “cis”, o termo serve para nomear os sujeitos que foram designados com um gênero ao nascer e se identificam com ele.

(FOUCAULT, 1988) atenta para o fato de que limitar a luta gay à mera reprodução do modelo conjugal heteronormativo seria um enfraquecimento para a militância. Foucault sugere que a condição marginalizada dos homossexuais seja utilizada como uma forma de transformar a estrutura social e não apenas se utilizar e/ou fazer parte dela.

O casamento, como instituição, surge com o que Foucault nomeia como "dispositivo da aliança", e é anterior à instalação do dispositivo da sexualidade no século XVIII, no qual o casamento era restringido ao leito conjugal, à procriação, valorizando o matrimônio, as relações de parentesco e a permanência de nomes e bens. Ou seja, as sexualidades consideradas desviantes passaram a ser enxergadas por ele no interior da ordem burguesa, nos discursos da família e da *scientia sexualis*, a partir do dispositivo da sexualidade (FOUCAULT, 1988).

Com o casamento tal como o conhecemos na modernidade, o sexo do casal (hipócrita e/ou supostamente heterossexual monogâmico) passa a ser controlado por normas relacionadas ao dever conjugal, a sua capacidade, cumprimento, fecundidade e periodicidade, definindo dessa forma a relação matrimonial. A norma, de acordo com as regras da aliança condenava, de forma igual, o desrespeito às leis do casamento e a prática de sexualidades consideradas "disparatadas", sendo as duas consideradas ilegais, contrárias à lei. Juntos, sob essa forma de condenação, emergem sujeitos considerados adúlteros e sodomitas. (FOUCAULT, 1988, p. 107)

Em **A Microfísica do Poder**, Foucault define o termo "dispositivo" como uma estrutura de elementos heterogêneos. Essa estrutura engloba discursos (morais, filosóficos, científicos e/ou religiosos), leis, organizações arquitetônicas, instituições e vários outros mecanismos sociais. Dessa forma, o dispositivo é constituído por esse conjunto de elementos heterogêneos juntamente com a natureza que passa a existir através da relação entre eles e o seu momento histórico, atuando como um dispositivo de controle.

A partir da incitação ao discurso iniciada no final do século XVIII e desenvolvida ao longo do século XIX, passou-se a colocar no centro das atenções as sexualidades desviantes do padrão e é a partir dessas sexualidades periféricas que a sexualidade considerada regular irá se constituir. O casal heterossexual, "legítimo", inserido em um contexto regrado, tem direito à discricção. As sexualidades desviantes não, pois elas infringem as leis do casamento, da família, da moral. Até mesmo os considerados "pervertidos" passam a ser danosos para a regularidade de um funcionamento natural porém passíveis de normalização, sendo tratados como vítimas

de um mal inerente à sua natureza. Torna-se visível uma operação política, segundo Foucault:

O poder sobre o sexo se exerceria do mesmo modo a todos os níveis. De alto a baixo, em suas decisões globais como em suas intervenções capilares, não importando os aparelhos ou instituições em que se apóie, agiria de maneira uniforme e maciça; funcionaria de acordo com as engrenagens simples e infinitamente reproduzidas da lei, da interdição e da censura: do Estado à família, do príncipe ao pai, do tribunal à quinquilharia das punições quotidianas, das instâncias da dominação social às estruturas constitutivas do próprio sujeito, encontrar-se-ia, em escalas diferentes apenas, uma forma geral de poder.⁷⁶

Dessa forma, as sexualidades desviantes da norma, ou seja, desviantes das relações matrimoniais, tornaram-se o centro do discurso, posição anteriormente adotada pelo casamento e pelas regras da aliança, ganhando destaque e maiores condenações.

Fica visível também aqui o diálogo entre o pensamento Foucaultiano e as palavras de Miskolci, e nele encontramos para além de semelhanças entre os dispositivos e suas formas discursivas, a maneira com que os gays – reconhecidos em suas performances existenciais, como práticas não-discursivas, ou como praticantes de sexualidades desviantes -, são vistos como uma “ameaça” ao *status quo*, causam o chamado pânico da mudança social.

Voltando ao artigo, após essa digressão, Miskolci aborda a historicidade do termo “homossexual” desde a sua invenção médico-legal no fim do século XIX, para explicar como ela desde aquele momento representou uma ameaça à ordem heteronormativa, como foi vista como uma “degeneração sexual”, que ameaçava a reprodução biológica, a divisão tradicional e assimétrica de poder entre homens e mulheres, a moral, e a visão de mundo que se pretendia normalizar. A partir dessa armadilha identitária, colocando todos os sujeitos que se relacionam com pessoas do mesmo sexo em categorias de análises, o sujeito homossexual passou a ser marcado por três grandes estigmas sociais - sexualidade, loucura e crime - levando-o, muitas vezes, ao internamento, à terapia e à prisão para uma “cura” ou “reabilitação”. Com esse pensamento, tendo o homossexual como prova de uma sexualidade degenerada ou “disparatada”, veio, posteriormente, com o episódio de *Stonewal*, o termo “gay”, em

⁷⁶ FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I – A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988, p.82

inglês “alegre”, como oposição ao termo psiquiátrico homossexual. Ser *gay* passa a ser sinônimo de orgulho e não mais de patologia. Dessa forma, aborda Miskolci, os

“*Gays* teriam em comum com seu grupo de pertencimento o potencial de romper com padrões normativos, estabelecendo relações com classes sociais distintas, com outras ‘raças’ e até mesmo com diferentes gerações”.⁷⁷

Com o refinamento das discussões teóricas, é possível perceber o acréscimo de argumentos que compreendiam a questão *gay* e lésbica em termos sociológicos ao mesmo tempo que esses sujeitos se engajavam na luta política, propondo – já nos anos 1970 – a abolição dos papéis sexuais, a desconstrução da instituição familiar, a compreensão da sexualidade como algo além de apenas reprodutiva, e sim prazerosa.⁷⁸

Já no início da década de 1980, com o surgimento da AIDS, a epidemia reavivou os antigos pânicos sexuais, como um balde de água fria, sendo denominada como “peste *gay*”, transformando a homossexualidade em problema de saúde pública. A partir do surgimento da AIDS, os grupos gays viram a necessidade de se organizarem em defesa de seus direitos civis, talvez, como diz Butler, como uma “resposta na qual a comunidade *gay* busca desautorizar sua chamada promiscuidade, uma resposta na qual parecemos saudáveis e normais e capazes de manter relações monogâmicas ao longo do tempo”⁷⁹.

Além de anular o estigma da promiscuidade sexual, o casamento *gay* viria também como uma tentativa de normalização das relações amorosas, inclusive com a possibilidade de adoção de crianças por casais homoafetivos. Esses “pânicos morais”, descritos por Miskolci, marcaram a criação do que entendemos por homofobia, e evidenciam um empenho orquestrado pela sociedade no sentido de não reconhecer o sujeito homossexual e, além disso, deslegitimar qualquer sociabilidade de *gays* e lésbicas. Miskolci, então, pergunta:

Será o casamento *gay* o antídoto para o estigma ou a resposta socialmente esperada? Não será o casamento uma forma renovada de controle social resultante da culpabilização de *gays* e lésbicas pelas transformações sociais profundas pelas quais passamos nas últimas

⁷⁷ MISKOLCI, Richard. **Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay.** *Cad. Pagu*, Campinas, n.28, jan/jun. 2007. <<http://www.pagu.unicamp.br/>>. Acesso em: 19 jun. 2014

⁷⁸ Cf. obras de Michel Foucault.

⁷⁹ BUTLER, Judith. **O parentesco é sempre tido como heterossexual?** *Cad. Pagu*, Campinas, n. 21, 2003. <<http://www.pagu.unicamp.br/>>. Acesso em 19 jun. 2014

décadas? Afinal, quais temores residem por trás desse ímpeto de enquadramento das relações amorosas em padrões normativos?⁸⁰

Diante dessas perguntas, fica clara a importância que ele atribui à luta pelos direitos civis e ao reconhecimento perante a sociedade, porém, o casamento não seria uma forma de “domesticar” esses sujeitos, de fazê-los viver como se fossem heterossexuais? Diante desse dilema característico de uma situação histórica recentemente colocada, recorro às reflexões de Judith Butler, para pensá-lo.

Butler, em **O parentesco é sempre tido como heterossexual**⁸¹, mostra os dois lados ou duas maneiras de ancorar a instituição casamento. De um lado, uma conquista para os homossexuais. Por outro lado, os malefícios em se legitimar uma união entre duas pessoas, sendo essas um casal, e não legitimar outros tipos de relações.

O fracasso em obter reconhecimento do Estado para os nossos arranjos íntimos só pode ser experimentado como uma forma de “desrealização” se os termos da legitimação pelo Estado mantêm o controle hegemônico sobre as normas de reconhecimento – em outras palavras, se o Estado monopoliza os recursos de reconhecimento. Não existem outras maneiras de sentimento possíveis, inteligíveis ou mesmo reais, além da esfera do reconhecimento do Estado? Não deveriam existir outras maneiras?⁸²

O casamento e a família, historicamente, se considerarmos as culturas burguesas, urbanas e ocidentais, são uma instituição fechada entre duas, e não mais, pessoas. Porém quando nos encontramos fora dos padrões heteronormativos é que percebemos a necessidade de encontrarmos outros arranjos que caibam nas nossas existências plurais e soem melhores para nós. Os dispositivos de poder estão tão bem engendrados em nossa cultura que não nos deixam muitas opções. Por um lado, o casamento homoafetivo seria apenas uma ponta da questão que tenta, a todo custo, normalizar suas/nossas vidas amorosas de acordo com um modelo heterossexual monogâmico, com a sociedade normativa, com os dispositivos implantados através de discursos e repetições. Por outro, os benefícios concedidos através do reconhecimento de uma união perante o Estado não podem, atualmente, ser atingidos em outros meios. Portanto, concordo com a filósofa, quando assinala que, faz-se necessária a quebra desses padrões hegemônicos para que haja espaço para novas formas de relacionamento que sejam

⁸⁰ MISKOLCI, Richard. **Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay**. *Cad. Pagu*, Campinas, n.28, jan/jun. 2007. <<http://www.pagu.unicamp.br/>>. Acesso em: 19 jun. 2014

⁸¹ BUTLER, Judith. **O parentesco é sempre tido como heterossexual**. *Cad. Pagu*, Campinas, n.21. 2003. <<http://www.pagu.unicamp.br/>>. Acesso em: 29 jun. 2014

⁸² *Ibidem*. Acesso em: 05 jul. 2014

abertas a maiores e mais reais possibilidades entre números variáveis de pessoas, relações e gêneros. (BUTLER, 2003a)

Ao longo de todo o artigo é possível, se concluir que a sexualidade é um dispositivo histórico, como diz Foucault, e, ao analisarmos as opiniões atuais sobre o tema casamento, fica visível o medo, o pânico, causado pelo mesmo. É necessário e de extrema importância tratarmos o tema tão delicado pensando em seus dilemas, em quem são os sujeitos favorecidos e os excluídos, seus paradoxos e problemáticas. Essas questões nos permitem refletir sobre a multiplicidade dos sujeitos, para além dos binarismos e da heterossexualidade compulsória, como analisa a historiadora Tânia Navarro Swain ao refletir sobre as multiplicidades dos sujeitos:

A produção histórica tem criado naturalizações, generalidades, que fazem das relações humanas uma eterna repetição do Mesmo; mesma divisão binária baseada no biológico, no genital, cujo referente é o masculino; mesma concentração de poderes e instituição de hierarquias entre os sexos; mesma compulsão à heteronormatividade, baseada na reprodução, ordem divina.⁸³

Esse binarismo transforma as relações humanas em jogos de poderes e temos, por obrigação, que reverter esse quadro, abrindo maiores possibilidades de relacionamentos e relações, quebrando tabus e pensamentos confinadores e ultrapassados. Este esforço monográfico pretende ser uma trincheira nessas lutas e uma lanterna no emaranhado dessa sociedade.

⁸³ NAVARRO-SWAIN, Tânia. **O que a história não diz, nunca existiu?** As amazonas brasileiras. Caminhos da História (UNIMONTES), v.9, p. 2. 2004.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procedi à leitura do dossiê "Sexualidades disparatadas", publicado na edição número 28 da revista *Cadernos Pagu*, de 2007, a partir de uma visão queer, utilizando juntamente como base as obras e pensamentos de Judith Butler e Michel Foucault. O desafio nos serve como reflexão de como esses sujeitos relegados à margem (do que?) foram e são historicamente construídos e como os espaços mudaram - se é que mudaram. Dentre os nove artigos que compõem o dossiê, tomei para análise três deles, sendo: "Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler", "A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos des-feitos" e, por último, "Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay". A escolha se deu em razão da temática de cada artigo e das singularidades de cada abordagem. (amarrar melhor a escolha, a relação) Portanto, esta seria uma forma de refletir sobre aqueles temas e abrir um leque de possibilidades para que eu possa me aprofundar em próximas pesquisas. Em "Subversões do desejo", os pesquisadores mapeiam os principais conceitos da obra de Butler, de uma forma clara palpável, e, a partir desse mapeamento, foi possível analisarmos como se dão os atos de performatividade, as subjetividades, suas formações e dispositivos e as normas de gênero à luz dos teóricos Michel Foucault e da própria Judith Butler. No segundo artigo escolhido, aprofundo-me em quem são esses sujeitos intersex abordados por Nádía Perez Pino, o porquê da invisibilidade relegada a esses sujeitos e os binarismos em operações que costumam excluí-los. Para isso, utilizo de forma introdutória o conceito de experiência, definido por Foucault e Joan Scott, para uma melhor compreensão de como esses sujeitos são construídos e como devem ser pensadas essas subjetividades. E, por último, em Pânicos morais e controle social, o autor Richard Miskolci, a partir de uma abordagem histórica, levanta questionamentos sobre os pânicos causados pelas sexualidades "desviantes", pânicos, esses, ainda tão contemporâneos, mesmo após a aprovação e obrigação da celebração do casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Será que nos libertamos dessas repressões tão ultrapassadas? Vejo o considerado "politicamente incorreto" transformar-se em *status quo*, diariamente, através da mídia manipulativa, através da comédia *stand up*, através das reproduções machistas, patriarcais, homofóbicas, excludentes, elitistas e normativas. Como bem escreve Gabriela Paes dos Santos:

Estamos irremediavelmente inseridos no contexto das conexões rápidas e das trocas de informações ininterruptas. Ávidos pelo acesso fácil a praticamente todo tipo de assunto, engolimos, cada vez mais, um sem fim de dados, tabelas, anúncios e afins, sem sermos capazes de refletirmos sobre suas causas e consequências, mastigá-las e digerí-las. Encontramo-nos imersos em um mar de normatividades arraigadas, expostas nas altas porcentagens de violência contra homossexuais, nas piadas prontas de *standup* ou de uma mesa de bar, nos tratamentos de “cura gay”.⁸⁴

Por isso a necessidade de se estudar gênero, de abrir o leque de possibilidades dos sujeitos sociais e de falas a respeito deles, de se fazer viável o tema através de uma linguagem acessível e espontânea para que o mesmo não fique relegado às paredes da academia. Os estudos sobre a Teoria *Queer* ainda são um tanto ao quanto rasos. Há a necessidade de nos aprofundarmos no tema e retirarmos dele o que convém. Foi pensando nesse aprofundamento que decidi me debruçar sobre o dossiê Sexualidades Disparatadas, presente na revista *Cadernos Pagu*, edição número 28, para observar a necessidade de abrir espaço para esses sujeitos e as reflexões aqui estudadas. Inicialmente, o meu pensamento era estudar a recepção da Teoria Queer no contexto universitário, o que não foi possível devido, ao mesmo tempo, à extensão do recorte quanto à possível falta de fontes.

Nesse exercício monográfico, optei pelo recorte no dossiê, o que me fez crescer e compreender as teorias, conceitos e contextos de uma forma melhor, devido também ao grupo de estudos em gênero através de leituras e discussões. Pretendo levar essa pesquisa adiante com a intenção de ampliar esse universo em construção, do qual eu me sinto parte das falas e obras de Michel Foucault, Judith Butler, Beatriz Preciado, Teresa de Lauretis, Tânia Navarro Swain, Gayle Rubin e Joan Scott.

⁸⁴ SANTOS, G. P. **Nas Entranhas do “Estranho”**: a criação em dança como antropofagia da teoria *queer* no Brasil. *Anais do II Seminário de História e Cultura: imagens na escrita da História*.

FONTES

- Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler.
Márcia Arán e Carlos Augusto Peixoto Júnior
- A teoria *queer* e os *intersex*: experiências invisíveis de corpos des-feitos.
Nádia Perez Pino
- Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay.
Richard Miskolci

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. História: A arte de inventar o passado. Ensaaios de. Teoria da História. São Paulo: Edusc, 2007
- ARAN, Márcia e PEIXOTO JUNIOR, Carlos Augusto. Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler. Cad. Pagu, Campinas, n.28, jan/jun. 2007. <<http://www.pagu.unicamp.br/>>. Acesso em: 19 jun. 2014
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: Louro, Guacira Lopes. O corpo Educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999
_____. O parentesco é sempre tido como heterossexual? Cad. Pagu, Campinas, n. 21, 2003a. <<http://www.pagu.unicamp.br/>>. Acesso em 19 jun. 2014
_____. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b
_____. Undoing Gender. Routledge, 2006
- CARDOSO JR, H.R. Para que serve uma subjetividade? Foucault, tempo e corpo. Psicologia: Reflexão e Crítica. N. 18. 2005.
- FIUZA, Guilherme. A ditadura gay. Revista Época. Ed. 783, jun. 2013. <colunas.revistaepoca.globo.com/guilhermefiuza/2013/06/06/a-ditadura-gay/>. Acesso em: 01 jul. 2014
- FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I – A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988
_____. História da sexualidade (Vol. II: O uso dos prazeres). Rio de Janeiro: Graal. 1984
- HALPERIN, David. San Foucault: para una hagiografia gay. Córdoba: Ediciones Literales, 2004
- LAURETIS, Teresa. A Tecnologia de Gênero. In: HOLLANDA, Heloisa (org.). Tendências e Impasses – O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- MISKOLCI; SIMÕES. Apresentação. Cad. Pagu, Campinas, n.28, jan/jun. 2007. <<http://www.pagu.unicamp.br/>>. Acesso em: 19 jun. 2014
- MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. Cad. Pagu, Campinas, n.28, jan/jun. 2007. <<http://www.pagu.unicamp.br/>>. Acesso em: 19 jun. 2014

NAVARRO-SWAIN, Tânia. O que a história não diz, nunca existiu? As amazonas brasileiras. Caminhos da História (UNIMONTES), v.9, 2004.

PEREIRA, P.P.G. Corpo, sexo e subversão: reflexões sobre duas teóricas queer. Interface – Comunic., Saúde, Educ., V.12, n.26, p.499-512, jul./set. 2008.

PINO, Nádía Perez. A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos desfeitos. Cad. Pagu, Campinas, n.28, jan/jun. 2007. <<http://www.pagu.unicamp.br/>>. Acesso em: 19 jun. 2014

PRECIADO, Beatriz. Manifiesto contra-sexual. Madrid: Opera Prima, 2002

RUBIN, Gayle: “The traffic in Women: Notes on the “Political Economy of sex” IN: REITER, Rayna: Toward an Anthropology of Women. Monthly Review Press, New York, 1975

SCOTT, Joan. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Orgs.). Falas de Gênero. Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999. Disponível em: <http://historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/Joan_Scott-Experiencia.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2014.

SILVA, Joildo Cândido da. União homoafetiva. Jornal Correio de Uberlândia. Jun. 2011. <<http://www.correiodeuberlandia.com.br/colunas/pontodevista/uniao-homoafetiva/>>. Acesso em 01 jul. 2014